

2019

DIÁLOGO: REVISTA MULTIDISCIPLINAR
FUNDASUL - FACCCA

Revista

FUNDASUL/FACCCA

1/11/2019

MULTI
DISCIPLINAR

DIÁLOGO

FUNDASUL
FACCCA

A Revista multidisciplinar DIÁLOGO destina-se à divulgação de textos e artigos nas áreas de Administração, Ciências Contábeis, Saúde e Linguagens, dando visibilidade às produções desenvolvidas por professores e alunos de graduação e pós-graduação da Faculdade Camaquense de Ciências Contábeis e Administrativas. É uma revista de natureza multidisciplinar com periodicidade anual. Procura contemplar artigos de opinião, artigos científicos e textos informativos do ambiente acadêmico que articulem informação e conhecimento com o objetivo de contribuir com o crescimento das áreas. Conta com um conselho editorial formado por professores e pesquisadores e tem como público alvo alunos de graduação, pós-graduação dos cursos da FACCCA.

EDITOR RESPONSÁVEL**Suzete Maria Santin**
FACCCA/FUNDASUL**CONSELHO EDITORIAL**Profª. Ma. Josiane A. Longaray
Prof. Dr. Leandro Silva Vargas
Profª. Ma. Roberta Pedroso
Profª. Esp. Silvana Scherer
Profª. Dra. Suzete Maria Santin
Prof. Me. Walmir Güntzel

Esta revista é produzida pela Fundação de Ensino Superior da Região Centro Sul - FUNDASUL - e suas mantidas, Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas e Escola Profissional Fundasul.

Av. Cônego Luiz Walter Hanquet, 125 - Centro, Camaquã, RS
CEP: 96.180 000 Camaquã – RS
Telefone: (051) 3671 1855

E-mail:

revista@fundasul.br

Distribuição gratuita

Versão *on line* no site www.fundasul.br

IMAGENS

Arquivo

www.fundasul.br

SUMÁRIO



Seção 1

EDITORIAL

Editorial 04

Seção 2

DEBATE

MEMÓRIA E IDENTIDADE SEM CRISE

Profª Dra. Suzete Maria Santin..... 06

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O IMPACTO DAS DESPESAS FINANCEIRAS NO RESULTADO DA EMPRESA

Andressa Francielle Rodrigues da Luz* 23

E-SOCIAL, ADAPTAÇÕES NECESSÁRIAS AO NOVO LEIAUTE

Gibran Bielaski de Matos Fernandes*32

ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS PARA A TOMADA DE DECISÃO NA EMPRESA

LINS FERRÃO ARTIGOS DO VESTUÁRIO LTDA

Alex da Luz Soares.....40

IDEOLOGIA

Prof.Fulvio Lessa da Rosa.....48

A DIFÍCIL E MILENAR ARTE DE SE CONVIVER COM AS DIFERÊNCIAS UMA LEITURA SEMIÓTICA DO CONTO “OS DRAGÕES”, DE MURILO RUBIÃO.

Profª.Dra.Suzete Maria Santin.....52

INSTITUIÇÃO-MEMÓRIA

Memória é a capacidade que o ser humano tem de reter experiências do passado, fazendo-o chegar às novas gerações, em um processo de retransmissão. As memórias podem ser individuais ou coletivas.

A memória individual é aquela guardada pelo indivíduo e pelas suas vivências quer sejam pessoais ou do grupo social. Já a memória coletiva é aquela formada por fatos e aspectos considerados memória oficial de uma sociedade mais ampla, geralmente expressa nos lugares da memória, ou seja, nos monumentos, hinos oficiais, quadros e obras literárias e artísticas que expressam a versão consolidada de um passado coletivo de uma dada sociedade.

Instituições são também lugares de memória, pois exercem funções sociais importantes por épocas diferentes. Diante do que chamamos de a sociedade do esquecimento, a FUNDASUL guarda em seus arquivos uma memória - a história de instituições, de eventos e indivíduos que por ela passaram. São documentos das mais variadas características e funções textuais, mas todos com a mesma intencionalidade: definir a instituição. Essa escrita reflete uma visão e uma memória dos indivíduos e da própria organização.

O legado da proteção dos patrimônios culturais, o respeito à diversidade e conseqüentemente o papel desempenhado pelas instituições-memória existe desde o processo de formação dos Estados nacionais, no século XIX. Nesse sentido, as instituições-memória exercem esse papel de mantenedores. Para Pierre Nora (1993) a memória legitima o passado vivido, compensado nos lugares de memória que “nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notoriar atas, porque essas operações não são naturais” (NORA, 1993, p. 13).

Mantermos os lugares de memória é indispensável pois eles são a compreensão do processo de construção das memórias sociais e uma forma de fixação da memória na tentativa de salvá-la. Assim, as instituições precisam ser consideradas como arquivos importantes para a construção de uma memória coletiva, de uma identidade cultural. Por essa razão consideramos a Fundasul como um lugar de memória, uma instituição-memória, pelo fato de em seus espaços estarem preservados artefatos documentais, que simbolizam uma memória social.

MEMÓRIA E IDENTIDADE SEM CRISE

Prof^a. Dra. Suzete Maria Santin

Resumo

O presente artigo objetiva-se à fundamentação do debate cultural que se estabelece na comunidade camaquense, a partir do I Fórum de Cultura e Identidade, um projeto da Fundação de Ensino Superior da Região Centro Sul, com o apoio da Escola de Humanidades da PUC-RS. O objetivo do projeto é o de assegurar a existência de valores culturais camaquenses, a partir de memórias coletadas sobre acontecimentos, personagens e lugares (elementos constitutivos da memória individual e coletiva, conforme Pollak (1989), por meio de histórias de vida, experiências e significados, saberes populares, conhecimentos tradicionais e culturais, resgates de uma identidade subsumida na factualidade objetiva da história local. O Fórum de Identidade Cultural Camaquense, cuja primeira edição foi realizado em outubro de 2017, abre importante espaço para encontro e divulgação de ideias que permitam construir esse debate solidamente. Para a realização desse intento, alguns conceitos sobre memória e identidade, e as definições que deles advêm serão discutidas de forma genérica para, posteriormente- em edições futuras do Fórum), ampliar-se o debate com questões mais específicas para a construção do memorial que se deseja. Os fundamentos teóricos reflexivos trazem ao debate perspectivas, filosóficas, sociológicas e antropológicas, caras à esta proposta que, na sua construção, inevitavelmente, voltar-se-á às narrativas memoriais no resgate e ou definição de uma identidade local, reorganizando para isso as experiências e os significados que repousam nos fatos e acontecimentos do passado. Nesse sentido, as bases fundamentais para as noções de memória, cultura e identidade encontram aporte nas obras de estudiosos das questões que envolvem a memória e identidade e suas relações com o contexto de globalização e universalização, forças estruturantes e organizativas da contemporaneidade.

Resumen

El presente artículo se objetiva a la fundamentación del debate cultural que se establece en la comunidad camaquense, a partir del I Foro de Cultura e Identidad, un proyecto de la the Fundação de Ensino Superior da Região Centro Sul- FUNDASUL con el apoyo de la Escuela de Humanidades de la PUC-RS. El objetivo del proyecto es el de asegurar la existencia de valores culturales litúrgicos, a partir de memorias recogidas sobre acontecimientos, personajes y lugares (elementos constitutivos de la memoria individual y colectiva, según Pollak (1989), por medio de historias de vida, experiencias y el Foro de Identidad Cultural Camaquense, cuya primera edición fue realizada en octubre de 2017, abre un importante espacio para el encuentro y divulgación de ideas que permitan (...) para construir este debate sólidamente. Para la realización de este intento, algunos conceptos sobre memoria e identidad, y las definiciones que de ellos vienen serán discutidas de forma genérica para posteriormente en ediciones futuras del Foro), ampliar el debate con cuestiones más específicas para la construcción del memorial que se desea. Los fundamentos teóricos reflexivos traen al debate perspectivas, filosóficas, sociológicas y antropológicas, caras a esta propuesta que, en su construcción, inevitablemente, se volverá a las narrativas memorias en el rescate y / o definición de una identidad local, reorganizando para ello las experiencias y los significados que reposan en los hechos y acontecimientos del pasado. En este sentido, las bases fundamentales para las nociones de memoria, cultura e identidad encuentran aporte en las obras de estudiosos de las cuestiones que envuelven la memoria e identidad y sus relaciones con el contexto de globalización y universalización, fuerzas estructurantes y organizativas de la contemporaneidad

Abstract

This article aims the foundation of the cultural debate established in the Camaquense community, starting with the 1st Forum of Culture and Identity, a project of the Fundação de Ensino Superior da Região Centro Sul-

FUNDASUL , with the support of the Humanities School of PUC- LOL. The objective of the project is to assure the existence of cultural values of Camaquenses, based on memories collected about events, characters and places (constituent elements of individual and collective memory, according to Pollak (1989), through life histories, experiences and meaning, popular knowledge, traditional and cultural knowledge, rescues of an identity subsumed in the objective factuality of local history. The Forum of Cultural Identity Camaquense, whose first edition was held in October 2017, opens important space for meeting and dissemination of ideas that allow to construct this debate, some concepts about memory and identity, and the definitions that emerge from them, will be discussed in a general way, later in future editions of the Forum), to widen the debate with more specific questions the construction of the memorial one desires. The reflective theoretical foundations bring to the debate philosophical, sociological and anthropological perspectives that are faced with this proposal, which in its construction will inevitably turn to the memory narratives in the rescue and / or definition of a local identity, reorganizing the experiences and the meanings that rest on the facts and events of the past. In this sense, the fundamental bases for the notions of memory, culture and identity find a contribution in the works of scholars of the questions that involve memory and identity and their relations with the context of globalization and universalization, structuring and organizational forces of contemporaneity.

He sido forastera durante casi toda mi vida, condición que acepto porque no me queda alternativa. Varias veces me he visto forzada a partir, rompiendo ataduras y dejando todo atrás, para comenzar de nuevo en otra parte; he sido peregrina por más caminos de los que puedo recordar. De tanto despedirme se me secaron las raíces y debí generar otras que, a falta de un lugar geográfico donde afincarse, lo han hecho en la memoria; pero ¡cuidado!, la memoria es un laberinto donde acechan minotauro. (ALLENDE, 2004, P. 13).

O trecho do livro, *Mi país inventado*, de Isabel Allende, traduz a condição de sujeito do mundo globalizado que, distante das raízes, sente-se avulso, tomado pelo sentimento de despertencimento do lugar em que habita. O sentimento de pertença ou o estabelecimento da identidade requer, segundo Gaddis (2003), o reconhecimento da relativa insignificância do sujeito no grande esquema das coisas. A perda dos antigos padrões de relacionamento social e a desintegração dos antigos laços entre as gerações são as responsáveis também pela desintegração do sujeito, um personagem que entra em conflito com sua identidade por não identificar sua herança cultural, no espaço em que habita.

Inventar o país é a possibilidade de ressignificá-lo através da memória. Ao invés de factualidades, Allende leva o leitor a uma aventura. A sua intenção é construir essa identidade a partir de alguém que nasce e cresce em um país e que se vê definido pela história social e cultural desse povo.

O personagem, nessa aventura, é livre para trazer à memória as lembranças do passado sobre as quais (re) inventa o seu país. As lembranças, contudo não são desprovidas de intencionalidade, estão fortemente relacionadas ao seu desejo sentimental de voltar a esse tempo. O saudosismo nostálgico conduz as lembranças e será o grande revelador de momentos eternizados pela memória.

Nessas circunstâncias, as sensações e pensamentos da personagem transcendem os fatos da história, levando o leitor a aventurar-se pela intenção pessoal da autora que é, na verdade, traduzir a partir de sua invenção, como a história social e cultural do Chile definiu a identidade do seu povo. A memória e a história são

valores inestimáveis para a construção de uma identidade, e a consciência desses aspectos tornam possíveis invenções como as de Allende, além de significarem a maturidade das relações humanas.

Percebe-se, daí, a necessidade de preservar o passado como um norteador para o enfrentamento das incertezas do presente e do futuro. A relação direta com a memória, tanto no plano individual como no coletivo permite o estabelecimento de vínculos com gerações passadas. A memória, segundo Pollak, é elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que “é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.” (POLLAK, 1989, p.16).

O fato de se fazer personagem nessa invenção favorece à autora (re)construir sua identidade a partir da tríade: “acontecimentos, personagens e lugares” que, Segundo Pollak, colaboram para a construção da memória, seja consciente ou inconscientemente, pois “há uma ligação fenomenológica muito estreita entre memória e o sentimento de identidade” (POLLAK, 1989, p.12). Assim, Allende desenvolve uma concepção de identidade cujo sentido está na imagem de si, para si e para os outros, ou seja, a própria representação, mas também a percepção que deseja passar aos outros.

Iniciar este artigo aludindo à obra de Isabel Allende tem explicação na estratégia literária utilizada pela autora para reconstruir-se a partir de uma invenção. A imagética, inerente ao ato de criação literária, não é diferente da construção da identidade. Ambas processam suas imagens a partir de um mundo consciente ou inconsciente, armazenado na memória. Assim, o processo de lembrar o passado torna-se um instrumento de revisão e reavaliação, uma espécie de autoanálise, que leva ao autoconhecimento.

Isso posto, objetiva-se a reflexão que se pretende neste trabalho: iniciar um debate com a comunidade camaquense, sobre o que a identifica como tal. Para a realização desse intento, alguns conceitos sobre memória e identidade, e todas as definições que advêm deles serão discutidas de forma genérica para, posteriormente, ampliar-se o debate com questões mais específicas para a construção do memorial que se deseja.

O presente artigo tem por objetivo fundamentar o debate cultural estabelecido a partir do I Fórum de Cultura e Identidade, um projeto da Fundação de Ensino Superior da Região Centro Sul, com o apoio da Escola de Humanidades da PUC-RS. A intenção deste projeto é a de assegurar a existência de valores culturais camaquenses, a partir de memórias coletadas sobre acontecimentos, personagens e lugares (elementos constitutivos da memória individual e coletiva, conforme Pollak (1989), “por meio de histórias de vida, experiências e significados, saberes populares, conhecimentos tradicionais e culturais”, resgates de uma identidade subsumida na factualidade objetiva da história local.

O Fórum, cujas duas primeiras edições foram realizadas, respectivamente, em outubro de 2017, e em agosto de 2018, abre importante espaço para encontro e divulgação de ideias que permitam construir esse debate solidamente e já prepara, para 2019, sua terceira edição com o tema: Etnias formadoras do povo camaquense.

Para início de conversa, no I Fórum, alguns conceitos sobre memória e identidade e as definições que deles advêm foram discutidas de forma genérica para, posteriormente - em edições futuras, ampliar-se o debate

com questões mais específicas para a construção do memorial que se deseja. Nesse sentido, o II Fórum destacou a necessidade de voltar-se às origens da produção de arroz, uma importante peça na construção da comunidade camaquense como fomentadora de uma agricultura que permanece sendo fonte de renda do município e é desenvolvida do cultivo à industrialização no próprio município.

Os fundamentos teóricos reflexivos trazem ao debate perspectivas filosóficas, sociológicas e antropológicas, caras à esta proposta que, na sua construção, inevitavelmente, voltar-se-á às narrativas memoriais no resgate e ou definição de uma identidade local, reorganizando, para isso, como Allende, as experiências e os significados que repousam nos fatos e acontecimentos do passado. Nesse sentido, as bases fundamentais para as noções de memória, cultura e identidade encontram aporte nas obras de estudiosos das questões que envolvem a memória e identidade e suas relações com o contexto de globalização e universalização, forças estruturantes e organizativas da contemporaneidade.

Memória

A Memória, entendida como a capacidade humana de retenção de fatos e experiências do passado, faz parte da cultura de qualquer nação. Transmitti-las às novas gerações fortalece as identidades. Nesse sentido, a relação existente entre memória e identidade é muito estreita e o interesse nessa relação ultrapassa o campo teórico.

Muitas áreas do conhecimento engajam-se às pesquisas e debates sobre a memória. Aludiu-se ao texto de Allende, na abertura deste artigo, justamente para ilustrar a contribuição da ficção contemporânea, confirmando o que advoga Birgit Neumann (2005, p.149) sobre a encenação dessa relação existente entre a memória e a identidade, recorrente na literatura. Para Neumann essas encenações representam exatamente como os indivíduos e os grupos se lembram, esquecem e constroem suas identidades a partir das versões do passado, problematizando a ideia da identidade como fenômeno estável, mostrando a sua fragilidade perante as transformações provocadas pelas movimentações globais, sociais e econômicas.

Nesse contexto, a lembrança ou a memória tem espaço insignificante. Seu enfraquecimento é inevitável, assim como o sentimento de pertencimento do sujeito que se desconecta do espaço e do tempo da memória pela falta de tempo e de espaço no presente para essa constituição. Perdem-se, então, as referências, e as identidades que constituíram as histórias deixam de ser reafirmadas.

É na memória do passado e em sua reconstituição que reside a permanência ou preservação das identidades que compõe a humanidade. De acordo com Woodwardl (2000, p. 11) “uma das formas pelas quais as identidades estabelecem suas reivindicações é por meio do apelo a antecedentes históricos”. Para o autor, as identidades, supostamente perdidas, estão no passado, de onde os povos buscam resgatá-las. Stuart Hall” (2000, p.108-109), para quem “as identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuam a manter uma certa relação, também aponta o passado como o guardião

de um importante “tesouro” de valor essencial que o sujeito revisita constantemente para o seu próprio fortalecimento enquanto indivíduo.

Nessa trajetória, contudo, é bem possível que se constituam novas identidades, pois elas têm a ver com a forma como se utilizam esses recursos históricos, da linguagem e da cultura na produção do que o sujeito se tornou e não do que ele é (HALL, 2000, p.108-109). Citando Gilroy(1994), Hall acrescenta que as identidades “Têm a ver, não tanto com as questões “quem nós somos” ou “quem nós podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados”, e “como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios”. Continua o autor (HALL,2000): “tem a ver com a “invenção da tradição quanto com a própria tradição, a qual elas nos obrigam a ler não como uma incessante reiteração mas como o “mesmo que se transforma”.

Analogamente às narrativas literárias, as identidades surgem “da narrativização do eu” (HALL,2000, p.109). Hall(2000) chama atenção para o fato de que a natureza necessariamente ficcional desse processo não diminui sua eficácia discursiva, material ou política, mesmo que a sensação de pertencimento, por meio da qual as identidades surgem, esteja, em parte, no imaginário, assim como no simbólico) e, portanto, sempre, em parte, construída na fantasia. (HALL, 2000, p. 109).

As questões que envolvem a relação existente entre a memória e identidade são seculares. As notícias que se têm sobre essa discussão datam do século XVII, quando John Locke, contestava a existência de uma identidade essencial. Afirmava que as identidades precisam ser construídas e reconstruídas pelos atos de memória. Segundo o filósofo, o indivíduo, estaria em contato com sua própria identidade contínua através da memória dos seus pensamentos e ações passadas (WATT 1982, p. 27). Outro importante pensador da época, Hume, por sua vez, considerava que a nossa personalidade não poderia ser construída sem a memória. Para Hume é ela que possibilita ao ser humano a noção do encadeamento das causas e efeitos que formam aquilo que somos (WATT 1982, p. 27).

As teorias sobre essa relação assumem a perspectiva da coletividade a partir do século XX. As identidades são discutidas a partir de sua ligação com as memórias coletivas. A concepção de memória enquanto fenômeno social é cara a Maurice Halbwachs e Charles Bartlett. Para esses pensadores, as recordações estão envoltas em um contexto cultural e ideológico. Halbwachs(2013) defende a ideia de que a memória implica o ser social do homem, a memória individual alimenta-se da memória coletiva. Para o autor, o ato de lembrar não é autônomo, mas enraizado no movimento interpessoal das instituições sociais – a família, a classe social, a escola, a profissão, a religião, o partido político etc. – a que o indivíduo pertence. Essas relações e as construções memoráveis que as envolvem provocam o reconhecimento, a identificação do indivíduo como parte, como elemento naturalmente coeso e coerente desse espírito cultural que se constrói coletivamente, submetido que está a flutuações, transformações e mudanças constantes. Segundo Maurice Halbwachs (2013),

Não basta reconstituir pedaço por pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstituição funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível se somente tiverem feito e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo (HALBWACHS, 2013, p. 39).

Como psicólogo, nas décadas de 1920 e 1930, Bartlett, assim como outros estudiosos da memória, passou a suspeitar de visões da memória como faculdade mental, capacidade individual, natural, transmitida biologicamente, que durante muito tempo dominaram a psicologia tradicional e as áreas biológicas e neurológicas. Como Halbwachs, ele redimensiona a questão, considerando a memória como processo intrinsecamente relacionado à natureza social do homem, às organizações e práticas dos grupos, à linguagem. O foco de sua concepção está na interdependência existente entre recordação e percepção, imaginação e pensamento construtivo, bem como nas condições especificamente sociais que marcam esses processos.

Jan Assmann e Aleida Assmann¹, professores alemães, desmembram o conceito de “memória coletiva”, de Maurice Halbwachs², em “memória cultural” e “memória comunicativa”. Os dois modos diferentes de lembrar, incluem a esfera cultural no estudo da memória e possuem quatro dimensões segundo os autores: a memória mimética, a memória das coisas, a memória comunicativa e a memória cultural.

A memória mimética refere-se a atividades que se aprendem mediante imitação, como é o caso dos atos rotineiros. A memória das coisas refere-se às relações que se criam entre o homem e os objetos. O homem, afirma Assmann (2005: 23), que vive sempre cercado por objetos, investiu neles “suas ideias sobre a utilidade, conforto, beleza e, assim, investiu a si mesmo.” Nesse sentido, os objetos são capazes de evocar o seu passado e espelhar a sua própria imagem. A dimensão temporal, que os objetos possuem podem oferecer uma interpretação do passado e do presente. As coisas podem chegar a exercer uma função social muito importante no sentido de oferecer uma imagem de permanência e estabilidade.

Quanto a “memória comunicativa”, esta abrange, segundo Assmann, aqueles conteúdos e formas que possibilitam a comunicação cotidiana do indivíduo com a sua comunidade. É um conceito que se refere ao momento agora ou a um passado recente. Trata-se da memória que nós compartilhamos com os nossos contemporâneos (como é o caso da memória da geração - exemplo típico da memória comunicativa (ASSMANN 2005: 59). No entanto, caracterizada pela desorganização e instabilidade temática, a memória comunicativa não oferece quaisquer pontos fixos que poderiam assegurar a sua resistência através do tempo. Esse tipo de fixação só pode ser obtido por meio duma formação cultural, ou seja, fora do campo da memória cotidiana informal (ASSMANN 1995: 127). Esse é para o autor o âmbito da memória cultural.

¹ Jan Assmann é professor de Teoria Cultural e Religiosa da Universidade de Konstana; Aleida Assmann é professora de Língua Inglesa e Literatura Comparada na mesma Instituição. Desenvolve, no campo da Ciência da Cultura, teoria de memória cultural.

² Assmann (1995: 128) diverge da posição teórica de Halbwachs que considerava que a memória coletiva só se referia ao campo da comunicação cotidiana, ou seja, acreditava que para além da referência contemporânea, a memória se transformava em história. Para Assmann, Halbwachs estaria assim desconsiderando o aspeto mais duradouro da memória coletiva, aquele que conta com a cultura objetivizada para a transferência do seu conteúdo simbólico. Ou seja, o sociólogo francês acreditava que, uma vez que a comunicação viva passasse para as formas da cultura objetivada das representações materiais e das práticas simbólicas (textos, imagens, ritos, comemorações etc.), a memória se tornaria história. Assmann disputa com essa tese, dizendo que a cultura objetivizada contribui para a coesão dentro do grupo e sua identidade. Graças a esse tipo de memória, o grupo mantém sua consciência da unidade e especificidade.

A “memória cultural”, quarta dimensão da memória, segundo Assmann, refere-se a uma memória “intermediada” que extrapola o nível do cotidiano, remetendo-se a eventos de um passado que vai além da memória vivida/vivenciada. Pode-se dizer que essa noção de memória inclui todas as outras dimensões. Os atos rotineiros da memória mimética podem assumir estatuto de rituais e estes exercem a importante função de transmitir, de encenar uma cultura, ultrapassando o valor de sua natureza; os objetos sofrem o mesmo processo. Quando se transformam em símbolos, em ícones ou monumentos, os objetos extrapulam a dimensão de pura memória de objetos.

A memória cultural, então, é o resultado da intersecção de muitas outras memórias, contudo, ela não é espontânea, mesmo tendo seus pontos fixos nos eventos fiéis do passado. Segundo o professor alemão, “A memória cultural preserva o estoque de conhecimento a partir do qual um grupo deriva a consciência da sua unidade e singularidade.” (ASSMANN 1995: 130). Esses saberes, contudo, precisam estar acessíveis para a sua manutenção, e esta, por sua vez, formaliza-se “mediante cerimônia, (...)” e “depende tipicamente das práticas especializadas para a sua transmissão, o que significa que existem portadores designados de memória.” (WHITEHEAD, 2009: 132).

Assim como a memória dos eventos do passado se dá através da sua fixação em textos, em rituais, em monumentos, formas culturais que garantem sua resistência no tempo, a memória cultural também precisa de formas organizadoras, como os rituais, as festas, as feiras, enfim, situações de vivência coletiva que permitem a manutenção e o desenvolvimento da cumplicidade, da identificação mútua, na busca de uma identidade própria.

Muitas são as formas e os sistemas simbólicos que conferem continuidade e especificidade identitária a uma civilização, a uma comunidade ou a um indivíduo. Para o Fórum de Identidade Camaquense interessam os processos identitários mnêmicos que se apresentam figurados mediante formas e sistemas simbólicos: rituais, monumentos, objetos, acontecimentos, alimentação, vestuários, imagens, paisagens, palavras, textos, literatura, política, sistemas educacionais, sistemas legais, culturas agrícolas, pecuária, economia, pessoas, etc., que concedem uma especificidade identitária e também podem funcionar como fatores de continuidade da identidade coletiva ou individual através do tempo.

A memória desses eventos cumpre importante papel social, por isso, não se pode permitir que se apaguem esses rastros ou que sua representação caia no esquecimento. Isso seria desvincular o homem das raízes que o identificam, quebrando os elos que unem os tempos, impossibilitando-o de compreender as razões das transformações sociais, políticas, culturais e econômicas dando sentido aos belos versos do Hino sul-rio-grandense “povo que não tem virtude, acaba por ser escravo”.

Evoluir é preciso e não há como estagnar ou impedir o desenvolvimento, no entanto, aprender a conciliar os aspectos representativos do passado com os do presente é imprescindível. Sem memória, perdem-se conhecimentos e identidades e compromete-se todo o fundamento do indivíduo e da coletividade que se sustenta no registro de experiências, na instituição de tradições culturais passadas de geração à geração.

A razão do movimento formado em prol da Memória e identidade camaquense, com o Fórum tem base na fragilidade da memória que identifica o povo camaquense. Por essa razão, aposta no ato de compartilhá-la

para solidificar o relacionamento coletivo, alicerçado por uma bagagem cultural comum, capaz de levar a uma ação.

Identidade em Crise

Se a memória não encontra espaço/tempo no presente pela nova ordem social, muito, também, atribui-se à pós-modernidade na questão que envolve a crise de identidade cultural. Lyotars, filósofo francês, em sua obra *A condição pós-moderna*, definiu o período assim conceituado como o tempo da “incredulidade em relação às metanarrativas” (2002), ou seja, o final do século XX foi marcado pela perda da crença em visões totalizantes da história que prescreviam regras de conduta política e ética para toda a humanidade. Dessa forma, o saber pós-moderno estabelece uma proposta outra de mobilização para a humanidade que pressupõe o abandono ou a negação das grandes narrativas ou visões de mundo previsíveis.

Até então, o “saber”, segundo Lyotars(2002), entendia um conjunto de conhecimentos que autorizava determinadas pessoas (juízes, cientistas, filósofos, artistas...) a emitirem juízos de verdade oral e estética, a definir o certo ou errado, bom ou mau, feio ou belo. O acordo comum existente na sociedade sobre esses valores, perde força e relativizam-se as verdades, negando-se a materialidade como definição do real. A realidade passa a ser o sentido que os sujeitos podem dar às coisas. Vêm à luz, então, outros saberes que se fortalecem na relação com o contexto em que variadas linhas de pensamento têm suas maneiras próprias de explicar a construção da realidade, contribuindo para a formação de novas e diferentes identidades, advindas de realidades consideradas “menores” dominadas historicamente, suprimidas em relações de poder. (LYOTARS, 2002)

Esse aspecto do pós-modernismo, considerado radical, porque incompreendido pelos conservadores, desacomoda as instituições permanentes nos diversos domínios sociais, pois passa a reconhecer “as múltiplas formas de alteridade que emergem das diferenças de subjetividade, de gênero e de sexualidade, de raça, de classe, de configurações de sensibilidade temporal e de localização e deslocamentos geográficos espaciais temporais” (HUYSSSENS 1984, p.50).

A sociedade sofre, desmaterializa-se. Seus conceitos estruturantes, que até então realizavam o sujeito de forma autônoma e alheia ao universo que a compõe, contemplando-o como fruto passivo³, são desconstruídos. O sujeito, liberto da prisão das narrativas legitimadoras, e da falta de sentido nelas existente, apropria-se de sua própria liberdade. Contudo, é nessa falta de sentido que se instala sobre as antigas verdades, que as experiência de mundo, como algo que precisa de sentido, tornam-se fundamentais.

³ Segundo Durkheim (1999, p.28) a priori, essas estruturas são independentes da ação do sujeito, visto que a sociedade é regulada como um imenso corpo social no qual cada um desempenha uma função específica de forma isolada e individual, sendo “considerar os fenômenos sociais em si mesmos, separados dos sujeitos conscientes que os concebem; é preciso estudá-los de fora, como coisas exteriores, pois é nessa qualidade que eles se apresentam a nós.” (Durkheim, 1999, p.28).

Levando-se em conta o processo de transformação por que passou a sociedade em função dos movimentos sociais, a identidade desloca-se com a mesma rapidez das mudanças e interações ocorridos no espaço em que o sujeito está inserido. Segundo Hall (2006), a identidade é objeto da interação entre o indivíduo e a sociedade. O sujeito tem sua essência interior, no entanto é a partir da relação com diversos mundos culturais que sua identidade se estabelece. Desse modo, para explicar o sujeito e a realidade social, chega-se a conceitos de Pós-modernidade. A explicação do sujeito e da realidade nesse contexto, exige novos conceitos.

Do ponto de vista sociológico, para Zigmund Bauman⁴, sociólogo polonês, autor de “Modernidade líquida”, *“pós-modernidade” significa uma sociedade (ou um tipo de condição humana)*. Bauman pontua a modernidade líquida como um momento de exaltação da liberdade individual. A ordem criada pelo, e a serviço do poder controlador da modernidade, cujo propósito era manter nos eixos da história um projeto de segurança, tolhendo, para isso a liberdade, sofre uma quebra. Essa é a liquidez que supõe o conceito de Baumann, a troca do controle e da segurança, em que tudo é previsível, pela liberdade, que não só relativiza como torna o mundo e as relações inseguras e imprevisíveis.

Segundo Baumann, (2005, p.33) há uma movimentação veloz do mundo em constante aceleração, por isso não se pode confiar na pretensa utilidade das estruturas supostamente duráveis ou atemporais. São estruturas que não incluem novos conteúdos, mostram-se “desconfortáveis e incontroláveis para acomodar todas as identidades novas, inexploradas e não-experimentadas que se encontram tentadoramente ao nosso alcance(...)” (BAUMANN, 2005, p.33). Nesse novo contexto, a que Baumann define como “admirável mundo novo das oportunidades fugazes e das seguranças frágeis” (...), “as identidades ao estilo antigo, rígidas e inegociáveis simplesmente não funcionam.” (BAUMANN, p.33).

É diante dessa nova ordem, e projeção do sujeito, e da insegurança nas verdades totalizantes da história que excluiu o que ao seu projeto era estranho na tentativa de unificar, de fixar padrões, valores e, conseqüentemente, identidades, estabelece-se a crise. Para Hall, as transformações também mudam as identidades pessoais, abalando a ideia de sujeitos integrados.

Há, segundo o sociólogo, um sentimento de perda de um “sentido de si” estável na sociedade, algumas vezes, chamada de deslocamento ou descentração do sujeito. É esse duplo deslocamento (descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos) que constitui uma “crise de

⁴ Uma das razões, segundo o próprio autor, que o levou a falar em “modernidade líquida, em vez de “pós modernidade”, foi o fato de ter cansado de tentar esclarecer uma confusão semântica que não distingue sociologia pós-moderna de sociologia da pós-modernidade, entre modernismo” e “pós-modernidade”. No seu vocabulário, “pós-modernidade” significa uma sociedade (ou, se se prefere, um tipo de condição humana), enquanto que “pós-modernismo” se refere a uma visão de mundo que pode surgir, mas não necessariamente, da condição pós-moderna.

identidade” para o indivíduo (HALL, p.09). Para Hall, tal sujeito já foi um dia considerado unificado. Os quadros fixos de referência, até então, forneciam aos indivíduos fortes localizações sociais, sensação de pertinência, de pertencimento, em um universo centrado.

Hoje, de uma forma geral, tanto nos grandes centros urbanos como no interior dos estados há um sentimento de cisão, de fragmentação, de deslocamento e descentramento em meio a uma polissemia de identidades, reforça Hall, com as quais o indivíduo precisa lidar, tais como seu pertencimento ou suas “paisagens culturais” de nacionalidade, de classe, de etnia, de religiosidade, de língua, de sexualidade e de gênero (HALL, 2014, p. 09).

Assim, a identidade está sujeita a essa insegurança em que deixam de ser estranhos aqueles até então excluídos ou desconsiderados pela história, revelando-se novas identidades. Um tanto contraditórias, mas positivas, essas identidades trazem uma concepção de sujeito provisório, variável e problemático, alguém como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente, reflete o autor.

Apesar da complexidade, esse parece ser um critério para se tentar definir identidade, pois de acordo com Hall, (2003, p.13), é uma fantasia considerar a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente. A falta daquele centro estruturante que fornecia ao indivíduo a localização social ou identitária - deixa-o vazio - não há mais um, mas vários centros de poder, que podem ser articuláveis, no seu conjunto. Assim, a desestruturação das identidades, trazidas estavelmente do passado até aqui, obedece ao propósito da pós-modernidade. (Cada época constitui-se por um espírito, único e contextual). Na questão da identidade, como esta reitera-se ou reafirma-se a partir da memória ou das histórias disseminadas pelo constructo e objetivos sociais, a incredulidade pós-moderna nas narrativas históricas foi provocada pela sua própria escassez.

Com base nisso, mas com a certeza de que as tendências que surgem para a explicação dos fenômenos sociais em movimento eram demasiadamente recentes e ambíguas, assim como o próprio conceito de “identidade”, demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova,(HALL, 2014,p.10), Hall explorar algumas das questões sobre a identidade cultural na modernidade tardia em *A identidade cultural na pós-modernidade(1992)*. Nesta obra, o sociólogo distingue três concepções diferentes que determinam a evolução do processo identitário que define diferentes sujeitos. Na origem do processo Hall determina o sujeito do Iluminismo, baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo “centro” consistia num núcleo interior. O centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa. O sujeito do iluminismo galgava-se no tradicionalismo.

A segunda noção de Hall é a de sujeito sociológico, interativo. A identidade é formada na “interação” entre o eu e a sociedade. Nele reflete-se a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e autossuficiente, mas era formado na relação com “outras pessoas importantes para ele”, que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos — a cultura — dos mundos que ele/ela habitava. Esta, na verdade, tornou-se uma concepção sociológica clássica para a sociologia interacionista para a qual o sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado

e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem.

Nessa concepção sociológica, a identidade preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior” — entre o mundo pessoal e o mundo público, ou seja, o indivíduo projeta a si próprio nessas identidades culturais, ao

mesmo tempo que internaliza seus significados e valores que acabam por se tornar partes de si. Esse movimento de internalização e exteriorização é responsável por alinhar os sentimentos subjetivos com os lugares objetivos ocupados pelo sujeito no mundo social e cultural ao mesmo tempo que se compõe um elo entre identidade e estrutura. Sujeito e mundos culturais por ele habitados unificam-se, tornando-se predizíveis, estabilizados.

É, no entanto, justamente esse conceito de identidade estável e unificada que está mudando. A identidade, segundo Hall, torna-se uma “celebração móvel” diante das várias identidades que caracterizam a(s) nova(s) paisagem(ns) social(is), com suas mudanças estruturais e institucionais. Nesse contexto ocorre a cisão da conformidade existente entre os sentimentos subjetivos e as necessidades objetivas da cultura, tornando problemático, variável e provisório o próprio processo de identificação cultural do sujeito pós-moderno.

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente, unificada ao redor do “eu” desde o nascimento até a morte é uma idealização, porque o sujeito constrói uma cômoda estória sobre si mesmo ou uma confortadora “narrativa do eu” (HALL, 1990). Ao contrário disso, a identidade é transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (HALL, 1987). À medida em que esses sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, - o homem é confrontado por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais pode se identificar — ao menos temporariamente.

O deslocamento do sujeito deu origem à terceira concepção de identidade de Hall, a de sujeito pós-moderno que não possui uma única ou permanente identidade, mas várias. Para o autor, algumas delas são contraditórias e outras não são resolvidas, ou seja, esse sujeito da modernidade tardia celebra a identidade “móvel”, pois o indivíduo “assume identidades diferentes em diferentes momentos”, esse deslocamento constante torna a identidade, antes, plenamente unificada, segura e coerente numa fantasia, não mais possível de ser atingida ou alcançada nos dias atuais (HALL, 2014, p. 12).

Se existe, então, uma crise da identidade, está-se diante de um problema: “a identidade só se torna um problema quando está em crise, quando algo que se supõe fixo, coerente estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza” (MERCER, 1990, p.4). Esse sentimento, de certa forma, está presente em todo o mundo. Isso é perceptível nos movimentos e lutas que se formam a partir dos diferentes resultados em termos de identidade produzidos pela globalização. Para Kathryn Woodward (In.:SILVA, 2000, p.7), o mercado global promove uma homogeneização cultural e pode levar ao distanciamento da identidade relativamente à comunidade e à cultura local. De forma alternativa, isso “pode fortalecer ou reafirmar algumas identidades nacionais e locais ou levar ao surgimento de novas posições de identidade.”

Memória e Identidade sem Crise

O conceito de identidade em crise de Stuart Hall possibilita a compreensão dos sentimentos de abandono ou distanciamento das origens, das tradições e legados tão caros à cultura de um povo, que se dão a partir do sentimento de pertencimento e de identificação. Longe ou fora do contexto de identidade, obrigado ao

deslocamento pela propulsão feroz da globalização, o sujeito vive sua diáspora, histórica e socialmente, exatamente como se sente a personagem de *Mi país inventado*: “He sido forastera durante casi toda mi vida, condición que acepto porque no me queda alternativa. Varias veces me he visto forzada a partir, rompiendo ataduras y dejando todo atrás, para comenzar de nuevo en otra partelevando.” (ALLENDE,2004)

Seja para onde for, consigo seguem seu pertences, entre eles o quê tem de mais valioso: a sua cultura, possibilitando, desse modo, o encontro e a troca de diversas sociedades e culturas, nos novos contextos. O conceito de diáspora, faz muito sentido para a reflexão que se constrói neste artigo por inter-relacionar-se com o conceito de identidade em crise. Ambos tratam da desestabilização do sujeito no emaranhado do movimento global que renova e afirma novas identidades étnicas, culturais e sociais ao mesmo tempo que buscam por identidades supostamente perdidas.

Vistos sob esse ponto de vista, os marcos ou aspectos historicamente fixos deixam de existir ou enfraquecem como pontos de referência na definição de cultura, de sociedade e de identidade. Isso explica algumas lutas de países e de estados, por exemplo, pelo retorno ou pela busca de antigas certezas étnicas, religiosas ou nacionais. De acordo com Woodward, que cita Daniels,(1993, p.5) a fragmentação do presente ganha sentido para algumas comunidades no retorno a um passado perdido, ordenado por lendas e paisagens, por histórias de tempo de ouro e conquistas, antigas tradições, por fatos heroicos e destinos dramáticos localizados em terras prometidas, cheias de paisagens e locais sagrados.

Para Hall(1996), as identidades invocam suas origens no passado histórico porque com elas continuam a manter uma correspondência. No entanto, adverte o autor, elas têm a ver, com outra questão. Trata-se da forma como se utilizam os recursos da história e da cultura “para a produção daquilo não do que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos” (HALL, 1996), tem a ver, complementa Hall: “não tanto com as questões “quem nós somos” ou “de onde viemos”, mas muito mais com as questões “quem nós podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma como podemos representar a nós próprios”.

A(s) nova(s) identidade(s) se configuram, então, pela renovação, pela transformação das tradições que, na verdade, não morrem ou deixam de existir. O retorno às raízes passa, neste contexto, a ser uma negociação de “nossas rotas, reitera Hall, citando Gilroy,(1994). As rotas, destaca o autor, “surgem na narrativização do eu, apesar de sua natureza necessariamente ficcional”. Para Hall esse processo não diminui sua eficácia discursiva, material ou política, “mesmo que a sensação de pertencimento, mesmo que o que ligue o sujeito à história, de onde surgem as identidades, “esteja, em parte, no imaginário (assim como no simbólico) e, portanto, sempre, em parte, construída na fantasia ou, ao menos, no interior de um campo fantasmático” (HALL, 1996).

É neste imaginário, é na memória do povo camaquense que se enseja fazer despertar os valores que o identificam. Sabe-se que improdutiva seria a tentativa de unificação de uma identidade nesse movimento que resulta em novas configurações de sociedade. Contudo, é necessário que se preserve o que existe na memória da população, que hoje também vive sua diáspora e o seu deslocamento identitário e cultural.

Para que esse propósito se realize, deu-se o primeiro passo com a Criação deste projeto, voltado, principalmente, para a promoção de espaços para a comunidade local discutir as questões relativas ao resgate

e à renovação da identidade local, subsumida na massificação cultural característica da globalização. Pedroso (1999) entende que: “Um povo que não tem raízes acaba se perdendo no meio da multidão. São exatamente nossas raízes culturais, familiares, sociais, que nos distinguem dos demais e nos dão uma identidade de povo, de nação”. Pretende-se, assim, através do Seminário que acontecerá anualmente, estimular e construir estruturas favoráveis à manifestação das inúmeras vozes e expressões artísticas, culturais, sociais, políticas, religiosas que a cidade e o município abrigam na sua “fantasmática” memória, onde reside um universo simbólico e sentidos compartilhados pela população camaquense que a identificam. Trata-se de uma construção que define o que é cultura:

(...)una construcción específicamente humana que se expresa a través de todos esos universos simbólicos y de sentido socialmente compartidos, que le ha permitido a una sociedad llegar a “ser” todo lo que se ha construido como pueblo y sobre el que se construye un referente discursivo de pertenencia y de diferencia: la identidad . (ARIAS, 2002, p. 103).

A consciência universal de respeito e experiência da cultura como forma de valorizar a diversidade cultural dos povos e como enriquecimento cultural, não exclui, sobremaneira, a proteção de uma memória distinta, de uma cultura particular, no sentido de uma comunidade ou região. A assimilação da história ou da construção cultural do outro não implica desconhecer a sua. A apropriação cultural permite que os sujeitos compreendam a importância de mantê-la viva na memória e concebam a proteção e a valorização da cultura como uma forma de preservar o que se é. Segundo Barros (2008). “Proteger não significa defender o isolamento ou o fechamento ao diálogo com outras culturas, mas sim encontrar meios de promover a sua própria cultura”.

Promover a cultura local através de debates, palestras, colóquios oficinas e relatos de vida e memória para reconhecer a formação da identidade camaquense proporciona não só o conhecimento das raízes da própria cultura, mas a importância que isso tem na definição do sujeito enquanto cidadão situado socialmente. O compromisso desse sujeito enquanto cidadão é dar sentido à vida individual e à vida coletiva prospectando o futuro na valorização da sua cultura. As mudanças culturais ocorridas no presente e as que ainda estão por vir, só podem ser entendidas quando se conhece o início dessa construção. Nas raízes encontra-se legitimidade. Assim, não haverá crise na Identidade, mas a criação ou a recriação constante de identidades.

“CULTURA” DO ARROZ E O FORTALECIMENTO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL DA SOCIEDADE CAMAQUENSE

Voltar à origem de uma comunidade ou de uma sociedade, ou de um lugar que se transformou em um lugar comum a muitas pessoas por uma especificidade significa percorrer um caminho material que se torna representativo de gerações e, por isso, assume uma consciência de espaço e de tempo imateriais.

O II Fórum, realizado em 16.08.2018, reconstituiu o tempo e o espaço do arroz em Camaquã, reunindo pessoas ligadas ao cultivo, manejo, industrialização e relações sociais e culturais do produto que se define como

principal articulador da economia local. A temática principal do II Fórum: A CULTURA DO ARROZ, possibilitou aos presentes um encontro de informações e conhecimentos, através de narrativas baseadas em fatos, e experiências sobre os Caminhos percorridos na constituição de uma geografia específica que traduz o espírito formador do município, qual seja, os arrozaes e as pradarias que, às margens da Lagoa dos Patos, do Arroio Duro e do Rio Camaquã implementaram a economia, desenvolveram costumes de lida e de vida que hoje, ainda, são sensíveis e compõe a alma do povo camaquense.

O propósito, nessa edição do fórum, foi o de discutir com a comunidade local a importância do arroz como elemento constituinte da cultura regional. O diálogo deu-se com representantes de instituições ligadas ao plantio, à manutenção das águas para o cultivo do produto e à industrialização do arroz. A base para o colóquio estabeleceu-se a partir da definição de sistema agrícola como um conjunto de elementos associados a formas próprias de transmissão de conhecimentos, via redes de trocas, que revelam especificidades dos patrimônios biológico e cultural. Essa definição imbrica-se com o conceito de Geografia cultural, caro a esta discussão pelo estudo a que se dedica no campo das representações da cultura material dos grupos humanos: as suas ferramentas, as suas casas, a sua maneira de cultivar os campos ou de criar animais. O interesse maior da Geografia Cultural está nas imagens mentais, nas representações, no simbolismo, nas identidades que resultam dos espaços geográficos. (CLAVAL, 2011)

Camaquã é um município brasileiro do estado do Rio Grande do Sul. 30.^a mais antiga cidade do estado que, desde a sua fundação, dedica-se ao cultivo de arroz. Sua localização geográfica, banhado por um significativo manancial, possui uma característica própria para o cultivo do grão que necessita de irrigação abundante no período de sua germinação.

Nesse contexto, desenvolveram-se muitas práticas que hoje estão sendo perdidas e esquecidas pela automação da cultura e da colheita, o que não se dá apenas na realidade arrocícola. A perda dos valores nesta área, os sistemas de lida, as festas, as relações estabelecidas durante o plantio e a colheita, como as técnicas, coloca em risco toda a memória e a identidade da população que se desenvolveu em torno dessa conjuntura. Por essa razão o II Fórum foi pensado sob a perspectiva de reestabelecimento dessas memórias com o objetivo de presentificar e aproximar do acadêmico e da juventude local, um sistema que, pelo crescimento urbano, populacional e tecnológico e pela modernização dos conceitos de trabalho e subsistência, afastaram a “lavoura”

como é especificamente chamada na região, da cidade, alienando as novas gerações dessa memória tão importante na constituição de uma identidade local.

Assim, a presença e participação de Instituições como a AUD – Associação dos usuários do Arroio Duro, administradora da barragem guardiã das águas que possibilitam o cultivo do arroz, há aproximadamente um século em Camaquã, enriqueceram e ilustraram, a partir de uma linha temporal, as origens e as modificações sofridas pelo sistema neste tempo.

Os painéis desenvolvidos durante o Fórum trouxeram ao bojo das discussões o espírito da transitoriedade que persegue o homem desde que as noções de espaço/tempo foram ampliadas pelo próprio homem e sua criatividade. Não foram apenas as áreas produtivas de arroz que aumentaram e se multiplicaram com o passar do tempo no município de Camaquã, modificando-lhe a paisagem. Os meios de produção e as

estruturas necessárias às novas demandas modernizaram-se e, de um forma quase que imperceptível, fragilizaram memórias importantes da cultura local que se estabeleceu na vida do povo, nos costumes e práticas desenvolvidos, especificamente nos períodos de produção.

Considerados os aspectos da transitoriedade que envolve o espaço geográfico específico dos arrozais, o Fórum sinaliza a necessidade e a importância de pesquisas sócio históricas que recuperem e analisem, desde a origem, o conjunto de práticas socioculturais da comunidade que se criam e estabelecem a partir de uma produção agrícola e uma geografia cuja existência se efetiva por meio de saberes culturais, na sua relação com a natureza, mais especificamente, os recursos hídricos da região.

Para essa recuperação, frente à ausência de registros oficiais, as narrativas ou entrevistas semiestruturadas podem resultar em memórias efetivas e afetivas para a concretização de um memorial imaterial que subsiste às novas práticas, às novas estruturas. Vale ressaltar que, a construção de uma identidade nunca foi estável. Ela é o resultado de um processo experimentado pelos indivíduos ao longo do tempo, passando por reinvenções e renegociações (1994, p. 31-52). Contudo, de acordo com o autor, nesse processo subjaz um conjunto de saberes e fazeres aprendidos e passados de geração para geração que o indivíduo preserva e reproduz historicamente. Desse modo, transforma-se em patrimônio imaterial de uma sociedade.

Patrimônio, segundo Londres (2001, p.69) “é tudo que criamos, valorizamos e queremos preservar” Assim, os monumentos e obras de arte, as festas, músicas e danças, os folguedos e as comidas, os saberes, fazeres e falares, tudo o que o ser humano “produz com as mãos, as ideias e a fantasia” são seu patrimônio (LONDRES, 2001, p. 69-78). A imaterialidade de um patrimônio é caracterizada pelas práticas, pelos artefatos, representações, expressões, conhecimentos e lugares sociais, porque são reconhecidas pelos indivíduos como parte integrante de sua essência. De acordo com a Unesco(2003), Patrimônio Cultural Imaterial compreende

(...)as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados e que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para

promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (CASTRO e FONSECA, 2003, p. 11-12).

Esses patrimônios, no entanto, nem sempre receberam a devida importância cultural que detêm. Até a Constituição Brasileira de 1988, o conceito de patrimônio cultural centrava-se na materialidade, principalmente dos monumentos civis e religiosos e da arte erudita. A partir de então, esse conceito amplia-se, reconhecendo a duplicidade de sua natureza – material e imaterial, assim definidos no artigo 216:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas

e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Com a Nova Constituição, a concepção de Patrimônio cultural torna-se mais abrangente, promovendo um avanço na proteção dos bens culturais da nação. O conceito restritivo de patrimônio histórico e artístico nacional definia-o como “o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (Decreto-Lei nº 25/37).

Dentro dessa nova perspectiva, passam a ser consideradas as manifestações culturais de caráter processual e dinâmico, uma valorização da cultura “viva”, enraizada no cotidiano das sociedades (LONDRES; FONSECA, 1996, p.153). Assim, são tuteladas pela Carta Magna como patrimônio cultural material todo o agroecossistema e as plantas cultivadas e como imaterial, os saberes agrícolas, os conhecimentos, inovações e práticas, detidos pelos agricultores tradicionais e locais, que vão desde as formas de cultivo (queima e pousio, plantios consorciados etc.) até o controle biológico de pragas e doenças e o melhoramento de variedades locais, associados à agrobiodiversidade.

A inclusão da imaterialidade como condição patrimonial é, talvez, a sentença máxima para a discussão da identidade no século XXI. Mesmo que a materialidade dos monumentos se expresse por si só e seja reveladora de significados para as sucessivas gerações, é importante considerar a realidade que compõe a sociedade global, marcada por fatores que interferem nos mais diferentes campos da vida.

Com o reconhecimento da imaterialidade como um elemento formador da cultura, a Constituição sinaliza uma nova perspectiva para o resgate da cultura nacional através de um patrimônio intangível, bens que constituem todas “as expressões de vida e tradições que comunidades, grupos e indivíduos em todas as partes do mundo recebem de seus ancestrais e passam seus conhecimentos a seus descendentes.” (UNESCO, 2017).

Desse modo, saberes e ofícios de povos e etnias, grupos e comunidades passam a ser essenciais e definem uma nova noção de patrimônio. Sabe-se que a imaterialidade é a memória no sentido estrito da palavra,

se não for transmitida, se não for lembrada e repassada, sucumbe ao contexto da modernidade com seus novos saberes e ofícios. Vale ressaltar, assim, que “apesar de tentar manter um senso de identidade e continuidade, este patrimônio é particularmente vulnerável uma vez que está em constante mutação e multiplicação de seus portadores” (UNESCO, 2017).

Por essa razão, é importante e necessário que sejam então preservados esses valores, pois “o patrimônio imaterial é uma fonte de identidade e carrega a sua própria história” (UNESCO, 2017). Nesse sentido, é possível reconhecer identidades locais-nacionais, pelo fortalecimento perante outros locais e identidades. Camaquã é reconhecida nacional e internacionalmente pela sua produção de arroz, que é secular, mas também pela industrialização das produções local e regional que a evidenciam na região, no país e fora dele.

Essa representação perante o outro é significativa para a constituição de uma identidade, mas as relações locais são determinantes para a constituição de uma cultura. Esse enfoque dado ao arroz nas discussões do Fórum recupera alguns aspectos da relação que o arroz, como cultura agrícola, estabelece com a sociedade camaquense, com a cultura e identidade local, bem como com o meio ambiente. Uma abordagem que considera a perspectiva de patrimônio intrínseca à prática, aos saberes, às técnicas.

A condição de paisagem cultural que assumem, nessa compreensão, os arrozais camaquenses – lugares dedicados ao cultivo do arroz - deve-se não só às práticas cotidianas desenvolvidas no cultivo, mas também à própria modificação da paisagem local transformada por eles e pela ação humana justificada pelos significados contidos nesta produção.

O papel da UNESCO vai além da compreensão de Paisagem cultural. Os estudos crescentes sobre as paisagens no campo dos estudos do Patrimônio Cultural, identificou e inscreveu diferentes paisagens culturais na Lista do Patrimônio Mundial. Algumas dessas paisagens são rurais, de ramos diferenciados como cafezais(Colômbia), vinícolas(França) e arrozais (Filipinas e China). A categoria de “Paisagem cultural, segundo Ribeiro(2007), tem recebido novas considerações, compreendendo como uma noção mais ampla sobre o que se atribui enquanto “patrimônio”, ao contemplar suas dimensões materiais e “intangíveis” diante das relações entre as sociedades e natureza (RIBEIRO, 2007).

Em vista disso, uma abordagem dessa questão pelo viés da Geografia Cultural, adequa-se ao entendimento a que se deseja chegar, relativo ao homem, à sociedade e à cultura local, dadas as diferenças existente dentro da própria nação, no estado e na região. A identidade camaquense deve-se originalmente ao cultivo do arroz irrigado, pela disposição geográfica que é, igualmente um fator identitário, contudo, são os costumes, as práticas, os significados criados a partir deste cultivo que permanecem na memória local e regional. O destaque que recebe perante as demais regiões brasileiras deve-se a esta geografia física e humana conservando tradições e costumes que define o povo camaquense, apesar do desenvolvimento tecnológico das lavouras.

REFERÊNCIAS

- ALLENDE, Isabel. **Mi país inventado**. Buenos Aires: Debolsilli, 2004.
- ALVES, A. C. L. e. **A instrução dos processos de registro de bens culturais imateriais**. Belo Horizonte: EAD/DUO Informação e Cultura, 2008. Curso Patrimônio Imaterial: Política e Instrumentos de Identificação, Documentação e Salvaguarda, módulo 3, aula 6, realização da Unesco.
- ARIAS, Patricio Guerrero. La cultura. **Estrategias Conceptuales para comprender a identidad, la diversidad, la alteridad y la diferencia**. Escuela de Antropología Aplicada UPS-Quito: Ediciones Abya-yala, 2002. Disponível em: http://digitalrepository.unm.edu/abya_yala/10.
- BARTLETT, Frederic Charles. Remembering: **A study in experimental and social psychology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- BAUMAN, Zygmunt. **A Sociedade Líquida**. Entrevista à Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke. Folha de S. Paulo, São Paulo, domingo, 19 de outubro de 2003.
- _____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- _____. **O Mal Estar na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- BONNEMAISON, Joël. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Geografia Cultural: um século (3)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. p. 83-132 (Série Geografia Cultural).
- CASADEI, Eliza Bacheга. **Maurice Halbwachs e Marc Bloch em torno do conceito de memória coletiva**. In: Revista Espaço Acadêmico, nº 18, maio de 2010, p. 153 a 161.
- CLAVAL, Paul Charles Chrisophe. Geografia Cultural: um balanço. **Geografia (Londrina)**, Londrina, v. 20, n. 3, p. 005-024, set/dez. 2011. URL: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia>
- CORRÊA, Roberto Lobato. A dimensão cultural do espaço: alguns temas. **Espaço e cultura**, Rio de Janeiro, Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura, n.1, out., 1995
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Fundação Nacional de Arte. **O registro do patrimônio imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial**. Brasília, jul. 2003. p. 125
- GILROY, P. The Black Atlantic: **Modernity and Double Consciousness**. Londres: Verso, 1994.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernrado Leitão. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

LONDRES FONSECA, M. C. “Da modernização à participação: a política federal de preservação dos anos 70 e 80”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília*: Iphan, nº 24, p. 153, 1996.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. São Paulo: José Olympio, 2002.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**, nº 10, p. 7-28, dez. 19

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, jul. 1992. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>. Acesso em: 07 Nov. 2019.

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O IMPACTO DAS DESPESAS FINANCEIRAS NO RESULTADO DA EMPRESA

Andressa Francielle Rodrigues da Luz*

RESUMO

Este trabalho foi realizado na empresa Eduardo Silva Rebello – Me, cujo o ramo de atividade é comércio varejista de artigos de vestuário, calçados entre outros, e que está enquadrada no regime tributário do simples nacional e presente no mercado há dez anos, nesse período abriu 2 filiais, sendo a primeira na cidade de Barão de Triunfo e a filial 2 na cidade de Cerro Grande do Sul. O trabalho foi desenvolvido com intuito de analisar as demonstrações contábeis no período de 2014 à 2017 e identificar o impacto das despesas financeiras no resultado da empresa. Para isso foi desenvolvido primeiramente um estudo teórico, embasado em livros, pesquisas em sites, onde conhecemos o conceito e a importância de cada um dos indicadores que foram abordados, para entender e analisar a situação da empresa. As informações obtidas nos documentos contábeis da empresa, assim como nas razões das despesas financeiras foram utilizadas, para que as demonstrações contábeis fossem padronizadas para análise dos indicadores, e utilizadas para que fosse reconhecido as despesas de cada uma das empresas e com isso conhecer o resultado final do período de cada uma delas. Os índices abordados foram: análise horizontal e análise vertical, índices de liquidez, de endividamento, de rentabilidade, de atividade e índices padrão, necessidade de capital de giro, termômetro de insolvência.

Palavras-chave: Análises.Demonstrações Contábeis.Despesas Financeiras.

INTRODUÇÃO

Há relatos que a análise das demonstrações contábeis, já vem sendo utilizadas a muitos anos, porém de forma simples, isso quando a contabilidade até então era resumida apenas a “inventários”, que apresentavam as informações sobre os mais diversos bens da época, eles realizavam uma comparação entre o inventário de um período ao outro, para conhecer a variação que os seus bens apresentaram. O que demonstra a importância da análise independentemente do tamanho da empresa e ramo de atividade.

Neste trabalho será apresentado de forma resumida o estudo realizado na empresa Mega Fashion, cuja denominação social é Eduardo Silva Rebello – ME, que está no mercado há 10 anos, contando com Matriz e Duas filiais, sendo a matriz em Sertão Santana, a filial 1 em Barão do Triunfo criada em 2010 e filial 2 na cidade de Cerro Grande do Sul criada em 2014. Ambas têm como ramo de atividade de Comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho, Comércio varejista de calçados, Comércio varejista de tecidos, Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal e Comércio varejista de artigos de armarinho. O seu regime de tributação é o Simples Nacional, e os relatórios contábeis são apresentados de forma consolidada.

O estudo tinha como objetivo apresentar o impacto das despesas financeiras no desempenho econômico e financeiro da empresa. E para isso foi necessário realizar análise sobre as demonstrações que estão consolidadas e também naqueles cujos dados foram apresentados de forma individual e deram origem a novos relatórios de cada um dos estabelecimentos.

Na parte teórica, buscou-se obter um embasamento teórico consistente, com intuito de conhecer intrinsecamente cada um dos índices que foram abordados e com isso poder emitir análises confiáveis e com grande relevância para que o administrador possa utilizá-las para realizar planejamentos para obter melhores resultados em exercícios futuros.

Após foi analisado as demonstrações contábeis, e a Demonstração do Resultado do exercício desmembrada para que pudéssemos obter as DRE individuais e realizar as análises. Para isso foi aplicado as técnicas de análises como: Análise Horizontal e Vertical, Índices de liquidez, Endividamento, Rentabilidade, Atividades e Índices padrão, Fator de insolvência e EBITDA.

Ao final foi possível constatar o impacto causado pelas despesas financeiras, como era o objetivo do trabalho, além de identificar também o porquê de a empresa necessitar obter esses recursos que geram despesas, que impactam o resultado final do exercício.

REFERENCIAL TEÓRICO

CONTABILIDADE

De acordo com Crepaldi (2011, p. 1), “a contabilidade é uma das ciências mais antigas do mundo. Existem vários registros de que as civilizações antigas possuíam um esboço de técnicas contábeis”.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A contabilidade é a ciência que tem como objeto o Patrimônio das entidades, por sua vez, as demonstrações contábeis são relatórios emitidos pela contabilidade, que irão mensurar o patrimônio das empresas. Nas demonstrações contábeis teremos informações econômicas e financeiras que permitirão reconhecer a atual situação da empresa.

De acordo com Ludicibus (2017, p.37) “As demonstrações contábeis e financeiras devem representar apropriadamente a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade”.

As demonstrações contábeis são insumos para que as empresas consigam extrair o máximo de informações para a tomada de decisão, possibilitando melhores resultados econômico e financeiro no futuro, através de algumas técnicas contábeis.

O registro dos fatos contábeis, realizado de forma analítica e em ordem cronológica, não é suficiente para atingir a finalidade informativa a que se destina a Contabilidade, dada a heterogeneidade dos fenômenos patrimoniais, daí a utilização, pela contabilidade, de uma técnica expositiva que compreende a elaboração das chamadas demonstrações contábeis, por meio das quais é feita a demonstração expositiva dos componentes patrimoniais e de suas variações. (FRANCO, 1992. p.33)

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A análise das demonstrações contábeis, são técnicas que permitem chegarmos a informações que somente com os documentos contábeis “Balanço Patrimonial e Demonstrativo do Resultado do Exercício” não

conseguimos, é necessário aplicarmos técnicas de análises sobre esses relatórios, para que a partir disto conheçamos as variações positivas e negativas do patrimônio das entidades.

Para Assaf Neto (2017, p. 47) a análise de balanços, “permite que se extraia, dos demonstrativos contábeis apurados e divulgados por uma empresa, informações úteis sobre o seu desempenho econômico-financeiro, podendo atender aos objetivos de análise dos investidores, credores, concorrente, empregados, governo etc”.

Algumas das técnicas mais utilizadas são: Análises Horizontal e Vertical, Liquidez, Endividamento, Rentabilidade, Índices de atividades, Índices padrão entre outros.

DESPESAS FINANCEIRAS

As despesas financeiras são encargos gerados pela obtenção de recursos financeiros, ou seja, juros pagos sobre recursos obtidos de instituições financeira, despesas bancarias, IOF e outros.

Para Assaf Neto (2017, p.89) “As “despesas financeiras” identificam as remunerações ao capital de terceiros (passivos)”.

METODOLOGIA

Será realizado um estudo de caso, fundamentado em embasamento teóricos, obtidos através de livros e sites sobre análise das demonstrações contábeis e outros relatórios relacionados, bem como sobre itens relevantes que estão diretamente ligados a estas demonstrações.

A parte prática foi realizada com base nas demonstrações contábeis da empresa apresentadas nos anos de 2014 à 2017, fornecidas pelo escritório de contabilidade, juntamente com empresário.

APLICAÇÃO PRÁTICA NA EMPRESA

Primeiramente, foi realizada um estudo em cima das demonstrações contábeis “Balanço Patrimonial e DRE”, com intuito de identificar fatores relevante que poderiam ser explorados na aplicação do trabalho. Com isso conclui-se que seria de extrema importância dar origem a novas Demonstrações de resultado do exercício, visto que a empresa apresenta os seus relatórios contábeis de forma consolidada, e que o ideal seria analisarmos também os resultados individuais de cada um dos estabelecimentos. E com isso foi utilizado os razonetes das Despesas, para que a partir daí pudéssemos identificar as despesas relativas a cada um dos estabelecimentos e com isso criarmos novos DRE's.

Depois de ter as demonstrações do Resultado do exercício, consolidadas e individuais, o Balanço Patrimonial e padroniza-los, pode-se então dar início as análises, sendo que foram abordados os índices de liquidez, Endividamento, Rentabilidade, Índices de atividades, Índices padrão, EBTIDA, fator de insolvência e por último a reclassificação do DRE, distribuindo os valores do imposto do Simples Nacional para cada uma das empresas de acordo com seu respectivo percentual de vendas.

ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL

Na análise vertical do Balanço Patrimonial, notou-se a grande influência exercida pelo capital de terceiros na origem de recursos da empresa, em contrapartida, percebe-se que a maioria dos recursos são aplicados no estoque. Também percebeu-se analisando o DRE que esse predomínio dos recursos de terceiros, fez com que os resultados fossem comprometidos, visto que as despesas financeiras nos 3 últimos anos analisados consumiram entre 10 a 13% do lucro da empresa, ficando um valor baixíssimo de lucro ao final do período.

Já sob a ótica da análise Horizontal no Balanço Patrimonial, percebemos que sempre a maior parte dos recursos estão sendo aplicados nos estoques, porém com relação a origem de recursos a medida que a empresa, consegue obter lucro melhores, ocorreu um aumento nos recursos próprios e redução dos recursos de terceiros, apesar de que o mesmo ainda apresentar um valor significativo. E quanto ao DRE percebemos que as despesas financeiras apresentaram um aumento significativo e que os resultados ao final de cada exercício caíram expressivamente.

E por último, nas DRE individuais percebemos que a maior parte dos empréstimos contraídos pela empresa, que geram juros elevados, contribuindo para uma queda nos resultados são realizados pela matriz, sendo esta a que apresenta um prejuízo elevado nos 3 últimos períodos.

ÍNDICES DE LIQUIDEZ

Os índices de liquidez medem a capacidade da empresa de pagar suas contas, após a aplicação das fórmulas, percebemos que nos 4 anos de atividade a empresa apresentou um índice de liquidez imediata bom, sendo que esse índice difere dos demais que quanto maior o resultado melhor, pois significa que a empresa caso fosse encerrar suas atividades já teria recursos suficientes para pagar suas contas, a liquidez imediata quanto menor melhor, pois parte do princípio de que a empresa não irá necessitar imediatamente deste recurso e que não precisa dispor de tantos recursos financeiros nas disponibilidades e que deve investir esses recursos de forma que proporcionem ganhos financeiros. Já a liquidez seca, demonstra que a empresa é totalmente dependente de seus estoques, e que caso a mesma decida encerrar suas atividades ela precisará vender seus estoques para obter os recursos necessários para saldar as suas dívidas. Já a liquidez Geral e a liquidez corrente demonstram que a empresa possui recursos para pagar as suas dívidas a curto e longo prazo.

INDICES DE ENDIVIDAMENTO

Nesses índices, identifica-se a qualidade das dívidas. O primeiro índice cálculo foi o quociente de participação de capitais de terceiros, e ele demonstrou que nos 4 anos analisados mais de 50% dos recursos obtidos são de capitais de terceiros a curto e longo prazo, ou seja, a empresa utilizou recursos para financiar

suas atividades cujo custo para a ela é alto. Já no quociente de participação de capitais de terceiros sobre capitais próprios, os cálculos realizados demonstraram que o capitais de terceiros é elevadíssimo em relação ao capital próprio sendo no primeiro ano superior a 250% do que ao capital próprio, vindo a reduzir a participação sobre o capital próprio nos anos seguintes, porém ainda em 2017 o percentual de participação do capital de terceiros foi superior á 125% do capital próprio. Já no quociente de participação das dívidas de curto prazo sobre o endividamento total, percebeu-se que existem uma predominância dos recursos de terceiros a longo prazo na dividas da empresa, pois nos 4 anos de atividades analisados os percentuais de recursos de terceiros de curto prazo nas dividas ficou entre 25 e 30%.

RENTABILIDADE

A Rentabilidade é o retorno que a empresa proporciona, para os sócios, sobre os investimentos, sobre os ativos. Com relação ao Giro do Ativo, a empresa obteve resultados satisfatórios visto que a mesma, no ano

de 2014 apresentou 200% de vendas em relação ao seu ativo, nos anos seguintes apresentou praticamente o dobro de vendas com relação aos seus ativos. Já sob e a ótica do retorno dos investimentos, através dos cálculos realizados identificou-se que apenas no ano de 2014 a empresa obteve um retorno satisfatório de aproximadamente 30%, caindo significativamente nos anos seguintes, cujo o melhor índice desses 3 períodos, foi em 2017 com um retorno de 5,65% sobre os seus investimentos. No cálculo do retorno sobre o patrimônio líquido, apenas em 2014 foi satisfatório quanto a empresa apresentou um lucro superior ao que tinha no seu patrimônio, nos anos 2015 e 2016 o retorno foi ínfimo, e 2017 foi de 12% com relação ao seu patrimônio líquido.

Com relação a margem de lucro, a empresa de modo geral, considerando as receitas e despesas dos 3 estabelecimentos, apresentou uma margem de lucro de aproximadamente 14%, vindo a apresentar resultados insatisfatórios nos anos seguintes, cuja margem de lucro foi inferior a 5%. E individualmente, a filial 1 apresentou uma ótima margem de lucro nos 4 anos, a filial 2 apenas nos anos de 2014 e 2015, e a matriz apenas em 2014, sendo nos anos seguintes ela obteve margem de lucro negativa, significando que a mesma não gerou recursos suficientes para pagar os seus gastos.

INDICES DE ATIVIDADES

Os índices de atividades, são o prazos médio de renovação do estoque, de recebimento das vendas e de pagamento das compras, a soma do prazo de renovação do estoque, recebimento das vendas, dividido pelo prazo médio das compras, da origem ao posicionamento relativo e posteriormente possibilita conhecer o ciclo operacional e financeiro, devendo esse indicar um equilíbrio ou desequilíbrio entre o ciclo operacional e financeiro.

Nesse caso percebemos que existe um grande desequilíbrio financeiro na empresa, visto que a um grande espaço entre vender e receber e pagar as compras, gerando uma folga financeira de aproximadamente 1 ano, ou seja, a empresa quando chega a vender as suas mercadorias e receber por elas já pagou-as muito antes, havendo então a necessidade buscar outros recursos para manter suas atividades.

NECESSIDADE DE CAPITAL DE GIRO

Esse índice demonstrou que a empresa necessitou de recursos para manter suas atividades, recursos esses que por sua vez, geram custos para empresa e que acabam absorvendo parcela significativa dos lucros, e que acaba também comprometendo os resultados futuros, visto que acaba causando uma certa dependência

desses recursos que elevam as despesas da empresa e a mesma teria que gerar cada vez mais receitas para que não houvesse necessidade de obter por diversos períodos a busca deste capital.

EBITDA

Este índice, que tem como objetivo apresentar como é o resultado operacional da empresa, ou seja, sem considerar as despesas financeiras e evidenciar a importância de controlar essas despesas. No cálculo do EBITDA da Filial 1 e da Filial 2, fica claro o resultado de empresas que operam sem a necessidade obter tantos recursos que incidem esse tipo de despesas e que normalmente tem um custo elevado, e que caso o administrador não a utilize de maneira que ela represente um retorno maior que o custo, ele precisará utilizar

frequentemente esses recursos e cada vez mais prejudicar os resultados ao final de cada exercício social. Na aplicação desta técnica na empresa, notou-se que os dois estabelecimentos que utilizam esses recursos apresentaram prejuízos e lucros insignificante, enquanto que o estabelecimento que tinha uma maior capacidade para manter-se sem esses recursos, cada vez mais obteve melhores resultados.

FATOR DE INSOLVÊNCIA

Através da aplicação de formulas que utilizam índices que determinaram a situação da empresa, é possível saber se ela está solvente, na penumbra ou insolvente, nesse caso a empresa nos 3 primeiros anos esteve na penumbra e em 2017 entrou em estado de insolvência, ou seja, não conseguiu manter-se em equilíbrio. Esse índice contribuiu para que a empresa, consiga localizar-se e pensar em meios de reestruturação para melhorar seus resultados.

INDICES PADRÃO

Os índices padrão utilizam indicadores de empresas do mesmo setor e fazem uma média entre ambas e com isso é possível localizar a empresa em relação a concorrência. Na empresa analisada, percebemos que dentro dos índices escolhidos que foram rentabilidade e crescimento no ano de 2014, a empresa estava bem colocada em relação a concorrência, estando sempre entre as melhores. Porém nos anos seguintes a empresa passou a pertencer ao grupo que apresentava resultados ruins para os dois indicadores utilizados no ano de 2015 e razoável para rentabilidade e ruim para o crescimento em 2016.

RECLASSIFICAÇÃO DAS DRE COM NOVA ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL

Essa reclassificação foi feita realizando a distribuição das despesas com o imposto simples nacional, que por determinação da legislação encontra-se vinculada somente ao CNPJ da matriz, o que de certa forma, acabava mascarando um pouco os resultados, e com isso a matriz apresenta um prejuízo maior do que o de fato ela tem e nas demais um lucro superior, na matriz no primeiro ano analisado houve um aumento de 6% no lucro,

e reduções no prejuízo dos anos seguintes de aproximadamente 6%. Na filial 1 a redução dos lucros foi próxima a 6%, e na filial 2 reduções no lucro entre 6 e 9%.

CONCLUSÃO

Após a realização deste estudo, fica claro a importância de extrair das demonstrações contábeis, informações que permitem ao administrador conhecer mais intimamente a sua situação econômico-financeira e a partir disto traçar planos para que possa melhorar seus resultados.

Quanto ao trabalho realizado, conclui-se que de fato as despesas financeiras representam um impacto negativo para os resultados da empresa, pois a partir do momento em que obteve-se uma crescente dependência

dos recursos de terceiros, especificamente empréstimos, que geraram simultaneamente um gasto para empresa e que esse mesmo não tinha como ser repassado para o preço dos seus produtos, visto a situação

econômica atual, o que acarretaria em perda de espaço no mercado, a única saída foi conviver com a diminuição do lucro, o que contribuiu para que a empresa continua-se recorrendo a esses recursos.

Por sua vez um dos fatores que fez com que a empresa recorresse a esse tipo de recursos, foi o fato de necessitar de capital de giro para continuar exercendo suas atividades e conseguir cumprir suas obrigações. Como podemos notas a empresa investia praticamente todos os seus recursos em estoques, sendo que esses não geram a receita esperada pela empresa em tempo hábil para se pagar.

Uma das saídas encontradas seria a empresa controlar os seus investimentos em estoques, tentando equilibrar o seu ciclo operacional e financeiro, para que não tenha haja necessidade de continuar utilizando esses recursos, uma vez que o custo que seria pago por esse capital, se converteria em lucro no final do período e capital de giro em períodos futuros.

REFERENCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 11º ed. São Paulo: Atlas, 2017.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Gerencial**: teoria e prática. 5º ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FRANCO, Hilário. **Estrutura, Análise e Interpretação de Balanço**. 15º ed. São Paulo: Atlas S.A 1992.

IUDICIBUS, Sergio de. **Análise de Balanços**. 11º Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

E-SOCIAL, ADAPTAÇÕES NECESSÁRIAS AO NOVO LEIAUTE

Gibran Bielaski de Matos Fernandes

RESUMO

O objetivo desse trabalho é uma demonstração da importância do sistema eSocial nas empresas, e, de forma mais específica será abordado o modo como as empresas deverão se adaptar às mais recentes exigências do referido sistema. Inicia-se o processo com o levantamento de dados e métodos atualmente utilizados pela empresa, comparando-os com as informações que virão a ser indispensáveis após aplicação definitiva do projeto eSocial empresas.

Palavras-chave: eSocial. Novo leiaute. Sistema.

INTRODUÇÃO

É inegável o fato de que, atualmente, as empresas, bem como o trabalho dos escritórios de contabilidade sofrem cada vez mais o monitoramento de suas atividades através do cruzamento de informações. Esse grande avanço tecnológico é o eSocial que, ao entrar em vigor, tende a simplificar os métodos de buscar erros no envio e de informações por parte do escritório contábil para do Governo Federal. Parte daí a importância de promover adaptação por parte da empresa ao novo leiaute do eSocial.

Nesse sistema as empresas devem comunicar ao governo as informações relativas aos trabalhadores, como vínculos, contribuições previdenciárias, folha de pagamento, comunicações de acidente de trabalho, aviso prévio, escriturações fiscais e informações que se referem ao FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), os quais são geridos pela Caixa Econômica Federal, INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), Ministério da Previdência Social, Ministério do Trabalho e Emprego e Receita Federal do Brasil.

A adaptação ao eSocial Empresas traz como grande desafio a necessidade de alinhar definitivamente as empresas ao que o governo exige. Na verdade, muitas exigências já são de conhecimento de empresários e administradores, a grande questão é que estas virão a ser efetivamente cobradas e, por consequência, devem acarretar autuações e multas. O principal empecilho nessa situação é trabalhar em cima de informações ainda

muito vagas por parte do governo federal, ou seja, de ajustar as novas demandas do escritório de contabilidade, atualizando o sistema eletrônico utilizado pelo mesmo para que, após devidamente parametrizado, este possa enviar as informações necessárias ao eSocial.

Este trabalho visa analisar as atuais rotinas da empresa, fazer um comparativo com as exigências do novo leiaute do eSocial e definir ações necessárias para a empresa se adaptar ao sistema, obedecendo os prazos para envio das informações pertinentes. Para que esse processo seja bem sucedido, será realizada uma pesquisa bibliográfica para a coleta de informações em revistas, livros e artigos de caráter científico que serão usados no estudo em forma de citações, servindo de embasamento para o desenvolvimento do objetivo deste trabalho. Quanto à abordagem, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa porque busca compreender e analisar o fenômeno eSocial aprofundando e analisando dados que serão levantados junto à empresa e escritório contábil que presta serviços à mesma, no sentido de identificar possíveis falhas no processo atualmente utilizado seja por parte da empresa ou do escritório contábil.

Este estudo sobre o novo leiaute do eSocial justifica-se por ser um processo recente, com grande expectativa de conhecimento e carente de informações e irá gerar mudanças relevantes em toda estrutura atual de informações enviadas ao fisco relativo a todos os vínculos trabalhistas contratados no Brasil.

FASEAMENTO DO ESOCIAL

As pesquisas realizadas indicam que o programa eSocial Empresas deve acarretar maior praticidade e agilidade no envio de informações, contudo inicialmente o complexo processo de conciliação para com as cobranças do programa demanda tempo e conhecimento, tanto por parte da empresa, quanto do escritório de contabilidade, uma vez que as informações e guias a serem respectivamente enviadas e geradas, são efetivadas pelo escritório contábil. Logicamente toda mudança acarreta certo desconforto inicial e exige empenho, esse processo de adaptação é muito importante, ele requer participação de ambos os setores envolvidos: Empresa, departamento de pessoal e fiscal do escritório de contabilidade.

A autora e estudiosa do tema, Zenaide Carvalho indica o seguinte.

Ganham os empregados – na garantia dos direitos trabalhistas, ganha o governo na fiscalização de tais direitos – e maior arrecadação. Os empregadores precisam se adequar para atender às exigências contidas no eSocial, para que futuramente tenham a simplificação de processos esperada com o início do novo sistema, que nem de longe virá imediatamente. O que chega com a implantação é muito trabalho e muita adaptação para as empresas e os escritórios contábeis que atendem a maioria dos pequenos empregadores do país. É o que chamei de “pré-Social”: arrumar a casa para receber a nova obrigação (CARVALHO, 2017, p.9).

Vale ressaltar que:

A contabilidade é composta por pessoas, processos e estruturas. Todos dependem das informações para produzir o conhecimento necessário e atender as necessidades dos diversos usuários, dentro das diversas áreas de atuação do campo contábil (HOSS et al, 2012).

Para que o processo de adaptação obtenha êxito se faz necessário um trabalho em conjunto com disponibilização de dados dos funcionários por parte da empresa, complementação de informações por parte do departamento pessoal do escritório de contabilidade, obedecendo aos prazos estipulados pelo governo federal.

O programa eSocial Empresas deve acarretar maior praticidade e agilidade no envio de informações. Contudo, inicialmente, o complexo processo de conciliação para com as cobranças do programa demanda tempo e conhecimento, tanto por parte da empresa, quanto por parte do escritório de contabilidade, uma vez que as informações e guias a serem respectivamente enviadas e geradas, são efetivadas pelo escritório contábil. Logicamente toda mudança acarreta certo desconforto inicial e exige empenho. O processo de adaptação é trabalhoso, mas muito importante e requer a participação de todos os setores envolvidos: Empresa, departamento de pessoal e fiscal do escritório de contabilidade. Para Carvalho (2017, p.9),

Os empregadores precisam se adequar para atender às exigências contidas no eSocial, para que futuramente tenham a simplificação de processos esperada com o início do novo sistema, que nem de longe virá imediatamente. O que chega com a implantação é muito trabalho e muita adaptação para as empresas e os escritórios contábeis que atendem a maioria dos pequenos empregadores do país.

A autora (CARVALHO, 2017, p.9) e estudiosa do tema, avalia o processo com positividade. Para a autor, todos ganham nesse processo: “Ganham os empregados – na garantia dos direitos trabalhistas, ganha o governo na fiscalização de tais direitos – e maior arrecadação”.

Vale ressaltar que:

A contabilidade é composta por pessoas, processos e estruturas. Todos dependem das informações para produzir o conhecimento necessário e atender as necessidades dos diversos usuários, dentro das diversas áreas de atuação do campo contábil. (HOSS et al, 2012).

Para que o processo de adaptação obtenha êxito se faz necessário um trabalho em conjunto com disponibilização de dados dos funcionários por parte da empresa, complementação de informações por parte do departamento pessoal do escritório de contabilidade, obedecendo aos prazos estipulados pelo governo federal.

Após a aprovação da circular MF/CAIXA nº 761/17 (DOU de 17/04/2017) o portal do eSocial divulgou o cronograma em que o mesmo deveria ser implantado nas empresas, com seus respectivos prazos aprovados pelo seu Comitê Diretivo⁵.

Obedecendo o cronograma, em 01/01/2018 foi disponibilizado para empregadores com faturamento no ano de 2016 acima de R\$78.000.000,00 e em 01/07/2018 para os demais empregadores, independente de seu faturamento.

⁵ O Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014 em seu art. 4º institui o Comitê Diretivo do eSocial, composto pelos Secretários-Executivos dos seguintes órgãos: Ministério da Fazenda, Ministério da Previdência Social, Ministério do Trabalho e Empresas e Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República.

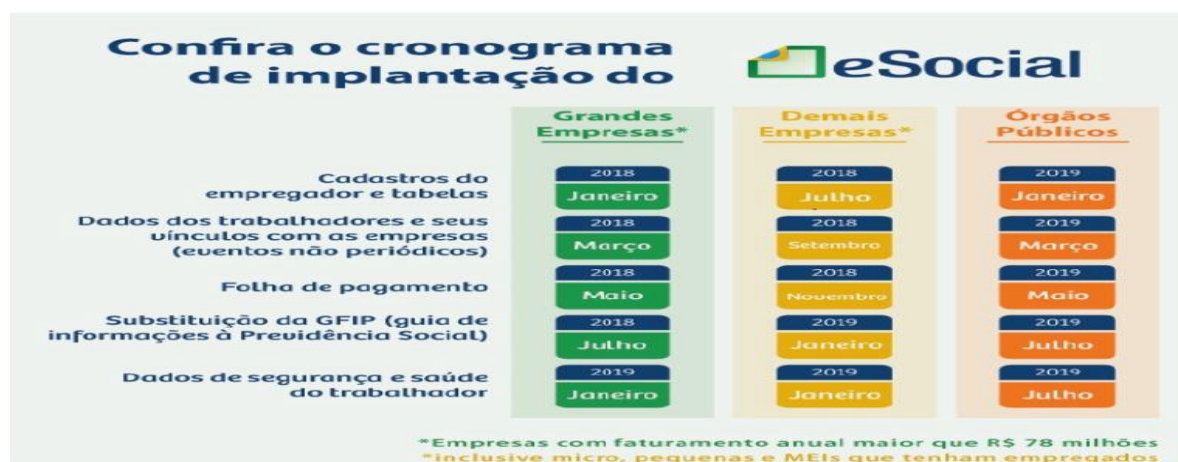


Fig. 1 – Cronograma de implantação do eSocial

Fonte: Portal do eSocial

com exigências determinadas. Antes de passar para o envio da primeira fase é indispensável realizar configurações específicas no sistema eletrônico utilizado. Para que não ocorram falhas nesse processo inicial, dentre essas configurações estão:

- Preenchimento correto dos dados cadastrais do empregador;
- Tabela de rubricas atualizada.

A fase dois consiste no cadastro dos trabalhadores e dos eventos não periódicos (admissão, desligamento, afastamento, alteração cadastral ou contratual).

As informações da terceira fase referem-se à folha de pagamento dos empregados e início da EFD-REINF (Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais) para informações de retenção de PJ, assim como nas fases anteriores.

A quarta fase trata-se, mais especificamente, da substituição da GFIP pela DCTF web, que é uma obrigação acessória através da qual o contribuinte confessará seus débitos previdenciários e destinados a terceiros. Lembrando que nesse primeiro momento serão apenas informações de débitos e créditos previdenciários, relativos ao RGPS (Regime Geral de Previdência Social) e terceiros.

A quinta, e última fase, diz respeito ao envio de informações sobre os riscos a que os trabalhadores estão expostos, baseados, principalmente, no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e Laudos Técnicos, bem como nos dados referentes ao monitoramento da saúde que deverão ser extraídos do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO).

MÉTODOLOGIA

No que diz respeito às configurações de sistema e de uma forma geral a parte prática, a mesma foi realizada no sistema de escrituração fiscal e contábil Domínio Sistemas, disponibilizado pelo Escritório Contábil

Nossa Senhora de Fátima. Todas as configurações assim como o envio das tabelas do faseamento foram realizados no ambiente de testes disponibilizado pelo eSocial.

A programação do estudo realizado seguirá uma ordem padrão, efetuando em um primeiro momento a solicitação de dados necessários à empresa. Posteriormente ao levantamento de tais informações, é realizado um comparativo junto às exigências do eSocial Empresas. Paralelo a esse levantamento, segue o estudo em busca de agregar conhecimentos ao tema, antes de partir para a parte prática, quando será configurado o sistema que gere a folha de pagamento digital da empresa. Uma vez realizados os devidos ajustes no sistema, inicia-se o envio de tabelas e eventos para o portal eSocial através do ambiente de testes.

O grande objetivo do estudo realizado e das adaptações propostas é justamente adequar-se ao novo leiaute do eSocial, atendendo, desde a fase das tabelas iniciais, até a última fase - a etapa da Saúde e Segurança do Trabalho. Atende-se, assim, a todos os requisitos, visando deixar a empresa Construtora Gomes Dull preparada para a implantação do eSocial Empresas.

APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

Razão Social: Construtora Gomes Dull LTDA

Nome Fantasia: Construtora Gomes Dull

Localização: Av. Conego Luiz Walter Hanquet, 1061. Bairro: Vila Viégas,
Camaquã/RS

CEP: 96.180-000

Telefone: 51.3671-4200

E-mail: gomes@dull.com.br

Ramo de Atividade: Construção Civil

Regime de Tributação: Lucro Presumido

MODELO ATUAL DE ENVIO DE INFORMAÇÕES E SUAS FALHAS

Segundo Aristeu de Oliveira (2014)⁶, o governo teve sensibilidade ao identificar a falta de padronização e trabalhar em cima da elaboração de uma ferramenta que conseguisse centralizar as informações, elaborar um modelo padronizado e excluir erros de redundância e em processos manuais.

De fato o modelo atual acaba por ser falho em algumas circunstâncias, principalmente porque determinadas informações atualmente enviadas ao governo são repetitivas e vagas. Entretanto, a iniciativa do governo deve evitar diversas falhas presentes no modelo atual de envio de informações.

⁶Aristeu de Oliveira é pós-graduado em Administração de empresas, tendo concluído mestrado na mesma área e realizado diversos cursos de especialização na área de Previdência Social e Recursos Humanos. Sua obra eSocial – Manual Prático serviu como base para acréscimo de conhecimento e referencial teórico no desenvolvimento desse trabalho.

Localizam-se no portal do eSocial os princípios que constam no art. 3º do decreto 8.373/2014:

- I - Viabilizar a garantia de direitos previdenciários e trabalhistas;
- II - Racionalizar e simplificar o cumprimento das obrigações;
- III - Eliminar a redundância nas informações prestadas pelas pessoas físicas e jurídicas;
- IV - Aprimorar a qualidade de informações das relações de trabalho, previdenciárias e tributárias;
- V - Conferir tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte;

COMO FUNCIONA O ESOCIAL NA PRÁTICA

Em relação aos benefícios para os empregados, é possível definir alguns exemplos: No caso de uma empresa que digita um número incorreto na GFIP, as informações irão em desacordo com a folha de pagamento, portanto uma informação incorreta foi enviada para o INSS, essas informações divergentes com a folha vão causar problemas futuros para o trabalhador, quando em idade de aposentadoria buscar a previdência para formalizá-la.

Outro exemplo que aborda a complexidade citada da GFIP é o seguinte: imagine-se que a empresa ou escritório de contabilidade efetuou o envio, mas esqueceu de um funcionário, e posteriormente o escritório envia a GFIP apenas desse cidadão, isso acarreta outra falha, pois o envio válido será sempre o último. Assim, ao enviá-la, apenas com os dados de um funcionário, a GFIP anterior com dados de todos os demais foi descartada. Portanto, o correto nesse caso seria um novo envio com os dados dos funcionários já informados e do que será incluído.

COMO OCORREU A ADAPTAÇÃO AO E SOCIAL NA PRÁTICA

A aplicação do processo de adaptação da empresa ao eSocial seguiu os seguintes passos:

Através de contatos frequentes com os funcionários da empresa Construtora Gomes Dull, foram solicitadas variadas informações, dentre elas os dados dos empregados que estavam desatualizados.

A qualificação cadastral é um passo muito importante, pois indica se os dados iniciais estão compatíveis. A questão que torna muito positiva essa consulta é o fato de que em casos de a qualificação apontar divergências, o processo de ajuste pode ser um tanto quanto demorado, pois dispõe de duas possibilidades: a primeira seria a ligação para um canal de comunicação específico para regularizar tais pendências, trata-se do número 135. A ligação deve ser efetuada pelo próprio empregado e serão questionados dados pessoais como confirmação de segurança.

A segunda possibilidade é orientar o empregado a se dirigir até a agência da caixa mais próxima e solicitar verificação e regularização de dados caso necessários. Contudo, de fato, ambos os processos demandam tempo por parte do empregador e, se em alguma circunstância esse processo ficar para a última hora, pode se tornar um incômodo para o empregador e para o escritório de contabilidade; Além disso, a consulta

pode ser realizada no portal do eSocial, ou pelo próprio sistema contábil, uma vez que o mesmo esteja devidamente parametrizado.

Outro importante processo é habilitar o sistema contábil para o envio de informações para o portal do eSocial. Deve ser realizada uma configuração para que a empresa tenha acesso ao ambiente de testes, caracterizando a empresa matriz como centralizadora e a empresa filial como empresa centralizada.

Como o eSocial faz parte do SPED, que requer a utilização de um certificado digital, seria natural que o novo módulo unificador também o exigisse. A certificação garante autenticidade jurídica.

A assinatura registrada através do certificado digital tem valor judicial, dando assim, a segurança que os documentos e decorrentes ações do ambiente virtual necessitam.

Somente após realizar cada um desses passos, será possível iniciar o envio do faseamento, o qual é realizado através do sistema contábil.

CONCLUSÃO

O estudo que realizado para elaboração desse trabalho permitiu reconhecer a importância do novo leiaute do eSocial, uma vez que a utilização do mesmo é obrigatória para todas empresas. Somente entendendo o tema e sua relevância no contexto empresarial, passa-se a ter propriedade para orientar as tomadas de decisões por parte do empregador e do escritório de contabilidade, salientando a importância do papel a ser exercido por cada uma das partes.

Apesar das ferramentas de comunicação oficiais do eSocial indicarem que a ideia inicial não é distribuir multas, durante o processo de estudo sobre o tema e do desenvolvimento deste projeto constatou-se que a aplicação de multas será um método de exercer pressão sob os empregadores e escritórios de contabilidade, acarretando com isso o cumprimento do envio das informações dentro de seus devidos prazos.

Considerando as dificuldades encontradas na procura por alinhamento entre exigências do governo e a situação dos dados de empregados da empresa, prazos estipulados pelo Comitê Gestor do eSocial e a escassez de orientações por parte do governo federal, considera-se válido deixar registrado a sugestão para que o escritório de contabilidade se mantenha atento aos prazos do faseamento do eSocial, uma vez que ao contrário do que ocorre com o trabalho em questão, o mesmo deverá lidar com prazos para dezenas de empresas, acrescentando a indicação de trabalhar com checklist de rotinas junto às empresas, pois dessa forma o empregador fica ciente de seus deveres para obter êxito na proposta.

Em relação ao calendário de faseamento do eSocial, utilizado como base durante o desenvolvimento deste trabalho, houve alteração da obrigatoriedade do eSocial. Os prazos dos eventos de “Tabelas” e “Não Periódicos”, que anteriormente eram descritos como obrigatórios, respectivamente, a partir de 16 de julho e 01 de setembro do ano vigente, passam então a incorporar o mesmo prazo dos eventos “Periódicos”, ou seja,

tornando-se obrigatório o envio de ambos a partir do primeiro dia do mês de novembro, tendo como prazo final de implantação o dia 31 de dezembro de 2018.

Por fim, este artigo “eSocial, adaptações necessárias ao novo leiaute” interessa, particularmente aos concluintes do curso de Ciências Contábeis, por agregar conhecimentos, favorecendo, assim, a prática esclarecida junto a outras empresas.

REFERÊNCIAS

CARVAHO, Zenaide. Livro: **eSocial nas Empresas e Escritórios Contábeis**. Guia Prático para Implantação. São Paulo: Nith Treinamentos, 2018.

ESCOBAR, Rodrigo Tonetto. **Guia do eSocial**. São Paulo: Fisconet Cursos Ltda, 2015.

FANTONI, Odair Rocha. **eSocial fácil**: implantação consciente. Ltr Editora, 2014.

OLIVEIRA, Aristeu de. **eSocial - sistema de escrituração digital das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas - Manual Prático**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2014.

Disponível em: <http://portal.esocial.gov.br/> Acessado em: 18 mai. 2018.

Disponível em: <http://lefisc.com.br/> Acessado em: 16 jun. 2018.

Disponível em: <https://nithtreinamentos.com.br/cursos/> Acessado em: 16 jun. 2018.

Disponível em: <http://www.dominiosistemas.com.br/treinamento/> Acessado em: 30 mai. 2018.

Disponível em: [http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado & idAto=93200](http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=93200).

ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS PARA A TOMADA DE DECISÃO NA EMPRESA LINS FERRÃO ARTIGOS DO VESTUÁRIO LTDA

Alex da Luz Soares

RESUMO

O presente trabalho, realizado na empresa Lins Ferrão Artigos do Vestuário Ltda. - Lojas Pompéia - tem por objetivo um estudo sobre as contribuições sindicais, praticadas legalmente pela empresa. Trata-se de um estudo de caso através do qual se busca analisar os descontos efetuados em folha de pagamento de funcionários, para uma tomada de decisão no sentido de padronizá-los a partir da criação de ferramentas que automatizem os lançamentos de acordo com a Convenção de cada município que sedia as unidades da organização. Visa-se à reorganização do sistema utilizado pelo setor de recursos humanos quanto à nomenclatura e as novas regras das contribuições sindicais. O tema desta pesquisa está filiado à área de Recursos Humanos, com embasamento em Gestão de Pessoas. A base para este estudo são as Convenções Trabalhistas Municipais, a CLT, a Reforma Trabalhista, Notas emitidas pelo Ministério Público do Trabalho e o banco de dados da empresa.

Palavras-Chave: Recursos Humanos. Contribuições Sindicais.

1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como finalidade realizar um Plano Estratégico de Gestão de Pessoas através da análise dos descontos das contribuições sindicais realizadas na folha de pagamento dos funcionários da empresa Lins Ferrão Artigos do Vestuário Ltda. (Lojas Pompéia), e destina-se ao setor de Recursos Humanos, padronizando assim, o sistema da organização para os descontos referentes às contribuições.

O trabalho aborda vários temas para chegar ao seu objetivo final, que são as análises das contribuições sindicais para a tomada de decisão na empresa Lins Ferrão Artigos do Vestuário Ltda. e, posteriormente, chegar ao plano de ação. As análises giram em torno da Administração de Recursos Humanos, com ênfase em Gestão de Pessoas.

Quanto à finalidade A metodologia utilizada neste estudo é a da pesquisa aplicada, uma vez que seu objeto é a construção de um conhecimento que efetivamente poderá ser utilizado pela empresa em questão para planejamento futuro e mudança de estratégias de gestão de Recursos Humanos. Quanto à abordagem é uma pesquisa qualitativa, pois se vale de dados recolhidos junto à empresa, mais especificamente, dados da folha de pagamento sobre as contribuições sindicais, descontadas em folha dos funcionários, além dos dados

regimentais das próprias Convenções Coletivas de Trabalho dos municípios-sede das filiais da Empresa em questão.

Esse procedimento caracteriza-se como um estudo de caso exploratório, pois revela um contexto a partir da coleta e da análise dos dados e informações, na tentativa de esclarecer decisões a serem tomadas pelo setor de Recursos humanos com relação a atual forma de execução dos descontos em folha de pagamento, criando novas condições para o sistema.

As orientações obtidas com o estudo da legislação e das convenções definem os tipos de contribuições existentes e fornecem subsídios para a análise da atual forma de execução dos descontos na Empresa e sinalizam a necessidade de correções e de padronização do sistema de descontos das contribuições sindicais na folha de pagamento, além de elaborar um documento para que o empregado, se assim desejar, autorize expressamente o desconto da contribuição sindical, gerando, dessa forma, segurança jurídica para empresa

Primeiramente criou-se no sistema um parâmetro para descontos das contribuições sindicais, Confederativa, Assistencial e Mensal com autorização ou do funcionário. Por não haver paridade entre as contribuições no universo da Empresa - constituída por 77 filiais e 5 sedes - foi necessário mapeá-las pelos tipos de contribuição, obtendo-se um resultado que foi demonstrado em gráficos. Isso possibilitou a compreensão da realidade da Empresa com relação à questão deste trabalho

O embasamento teórico resultou do estudo da Consolidação das Leis Trabalhistas, das Convenções Coletivas municipais, federal e estadual, além de um estudo histórico das entidades sindicais para um entendimento aprofundado sobre os direitos de associação dos trabalhadores para preservação e garantia dos seus direitos.

O problema desta pesquisa refere-se às medidas que devem ser tomadas com relação aos descontos dessas contribuições, e estabelecer um plano de ação que defina, com clareza, quais os funcionários da empresa que terão o desconto efetuado e, quais não, de acordo com a reforma trabalhista introduzida pela Lei nº. 13.467/2017.

2 A EMPRESA

Lins Ferrão Artigos do Vestuário Ltda - de nome fantasia Lojas Pompéia- foi fundada em 1953, no município de Camaquã, interior do Rio Grande do Sul pelos irmãos Lins Sperotto Ferrão e Valdemar Sperotto Ferrão. Mais conhecida como Lojas Pompéia, a empresa desenvolveu um conceito que abrange moda com preços acessíveis, oferecendo essa combinação aos seus clientes desde sua criação.

São aproximadamente 3.000 (Três Mil) colaboradores e a empresa é considerada uma das mais importantes redes de varejo do sul do país, contando com 77 (setenta e sete) lojas físicas e 5 (cinco) sedes.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

Empresa: Lins Ferrão Artigos do Vestuário Ltda

Nome Fantasia: Lojas Pompéia

CNPJ: 87.345.021/0001-27

Endereço: Av. Cônego Luiz Walter Hanquet, Nº. 1717

Município: Camaquã

Estado: Rio Grande do Sul

Bairro: Viégas

Cep: 96180-000

Ramo de Atividade: Comércio Varejista

Site: www.lojaspompeia.com

Telefone: (51) 3692-9200

2.2 MISSÃO DA EMPRESA

A Missão da Empresa é a de vender moda acessível para toda a família, com um atendimento próximo e diferenciado, respeitando e valorizando as pessoas que contribuem para o desenvolvimento e rentabilidade da empresa.

2.3 VISÃO DA EMPRESA

A Visão da Empresa é ser a melhor opção de compra no segmento de moda acessível até 2020.

3 RECURSOS HUMANOS, GESTÃO E PLANEJAMENTO

A expressão “recursos humanos”, Segundo Chiavenato (2016, p.2), “refere-se às pessoas que participam das organizações e que nelas desempenham determinados papéis”. Um desses papéis é desenvolvido pela Administração de Recursos Humanos (ARH) que deve dedicar-se às seguintes funções para poder atingir seus objetivos:

- Suprir a empresa dos talentos e competências necessárias por meio de recrutamento e seleção de pessoal;
- Manter na empresa, pessoas necessárias por meio da remuneração dos benefícios sociais e da higiene e segurança do trabalho e;
- Desenvolver as pessoas com potencial na empresa, por meio do treinamento e desenvolvimento de pessoal.

De acordo com Bertelli, a tendência atual da ARH é de acelerar o movimento de mudança, para uma adaptando-se às transformações políticas, econômicas, sociais e tecnológicas. As adequações precisam ser sempre rápidas para sua própria qualificação e dos colaboradores:

A ARH tem como propósito ajudar a organização a alcançar seus objetivos e realizar sua missão, proporcionar competitividade à organização e empregados bem treinados e bem motivados, aumentar a auto-realização e a satisfação dos empregados no trabalho, desenvolver e manter qualidade de vida no trabalho, administrar a mudança, manter políticas éticas e comportamento socialmente responsável. (BERTELLI, 2004)

O RH é um recurso, uma ferramenta para a gestão especificamente dos recursos humanos, uma vez que uma empresa é constituída de pessoas. O termo Gestão de Pessoas é um conceito empregado para definir estratégias cujo objetivo é atrair, reter, potencializar e administrar o capital humano de uma organização para o seu próprio crescimento. Segundo Romero (2013, p. 17): “Gestão de pessoas é o conjunto de decisões integradas sobre as relações de emprego que influenciam a eficácia dos colaboradores/servidores e das organizações”.

Nessa mesma linha, define-se Gestão de Pessoas como “um conjunto de políticas e práticas definidas de uma organização para orientar o comportamento humano e as relações interpessoais no ambiente trabalho”. (FISHER e FLEURY, 1998). Para Chiavenato (2005, p. 5), falar de gestão de pessoas significa falar de gente, de mentalidade, de vitalidade, ação e proação. As pessoas e mentalidades mudam constantemente, por essa razão, segundo o autor, a Gestão de Pessoas é uma das áreas que mais tem sofrido mudanças e transformações nestes últimos anos. Não apenas nos seus aspectos tangíveis e concretos como principalmente nos aspectos conceituais e intangíveis, centralizando o capital intelectual – que simboliza a importância do fator humano em plena Era da informação - a Gestão de pessoas é responsável pela excelência das organizações bem-

sucedidas. Tendo em vista a importância do ser humano para as organizações, as empresas precisam estar sempre preparadas para rever seus planejamentos. Nesse contexto a gestão de pessoas passa a ser uma ação estratégica. Para agir de forma estratégica é necessário não só saber qual é a posição em que a organização se encontra de modo a determinar qual será o plano de ação adotado, mas como também ter a competência de utilizá-la como pretexto a fim de realizar a estratégia pretendida, gerando um padrão, uma perspectiva.

Assim, o Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas tornou-se uma necessidade para as organizações para sua manutenção no mercado. Chiavenato(2010) define PEGP como a maneira como a área de Gestão de Pessoas pode contribuir para o alcance dos objetivos organizacionais.

Para Chiavenato (2010, p. 75), “um dos aspectos mais importantes do planejamento estratégico de Gestão de Pessoas – GP é o alinhamento da função de GP com a estratégia organizacional. É necessário traduzir os objetivos e estratégias organizacionais em objetivos e estratégias de GP”. Completa o autor: “É muito importante que o planejamento estratégico de recursos humanos seja parte integrante do planejamento estratégico da organização, de maneira que ambos estejam plenamente alinhados (CHIAVENATO, 2010).

4. AS ENTIDADES SINDICAIS

A organização sindical teve sua origem na Inglaterra, em 1871, com a Lei dos Sindicatos, que foi determinante para que o movimento trabalhista adquirisse estrutura na medida em que os trabalhadores reuniam-se em associações para a defesa de interesses comuns.

No Brasil, de acordo com Dessler (2003,p.311), a proteção ao trabalho tomou corpo, efetivamente, na décadas de 1930, após a Revolução de 30, com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, a criação da Justiça do Trabalho, em 1934, e Consolidação das Leis Trabalhistas em 1943.

Em 1988, a proteção ao trabalho foi elevada a nível constitucional, conforme o art. 8º da Constituição que estabeleceu a livre associação profissional ou sindical, cabendo aos sindicatos a defesa dos direitos e dos interesses coletivos ou individuais dos trabalhadores, sem, no entanto, obrigatoriedade à filiação, embora seja obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas.

Os sindicatos organizam-se em Federações, organizadas por Estados-membros.(LACOMBE,2011,p,333). As Federações organizam-se em Conferderações (entidades sindicais de âmbito nacional - constituídas de no mínimo três federações com sede obrigatória em Brasília conforme (art. 535 da CLT).).

4.1 AS FILIAIS DA EMPRESA, OS SINDICATOS REPRESENTATIVOS E AS CONTRIBUIÇÕES

As Lojas Pompéia é composta pela sua Matriz, 77 (setenta e sete) lojas, Marketing, Almoxarifado, E-commerce e CD-Loureiro.

Do total de filiais das Lojas Pompéia, são 47 sindicatos atuantes com objetivo DE defender os direitos e interesses coletivos ou individuais, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

Segundo Lacombe, os empregadores são obrigados a descontar 1/30 da remuneração dos empregados no mês de março e recolher esses valor a favor do sindicato profissional da categoria, independentes de serem sindicalizados ou não. A contribuição sindical está prevista na Lei Maior na parte final do inciso IV do art. 8º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, disciplinada nos arts. 578 a 610 da CLT. Trate-se de um tributo que é recolhido uma única vez, anualmente, em favor do sistema sindical.

Além da contribuição sindical, os funcionários têm a contribuição assistencial. Também denominada de taxa assistencial, é normalmente prevista em documento coletivo de trabalho e acordada ou convencionada nas datas-bases entre sindicatos das categorias profissional (empregados) e econômica (patronais/empregadores), conforme estabelecido na CLT, art. 513, alínea “e” que visa custear as atividades assistenciais do sindicato.

Em nível nacional há ainda a contribuição confederativa cujo objetivo é custear o sistema confederativo da representação sindical patronal ou profissional, do qual fazem parte os sindicatos e as federações da categoria profissional. Essa contribuição é fixada em assembleia geral.

4.1.1 Contribuição Mensal

A contribuição mensal pode ter várias denominações: Contribuição associativa, mensalidade sindical, ou mensalidade estatutária. A contribuição mensal é de caráter meramente associativo daqueles que tenham optado pela filiação e devida às associações sindicais, na forma estabelecida nos estatutos ou pelas assembleias gerais, conforme dispõe a CLT, art. 548, alínea “b”.

4.1.2 Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho

A Convenção Coletiva de Trabalho conforme preconiza no artigo 611 da CLT, “é o acordo de caráter normativo, pelo qual dois ou mais sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho”.

As convenções coletivas de trabalho nasceram e se desenvolveram, principalmente, na Europa Ocidental e nos Estados Unidos e, se propagaram pelos países industrializados.

No Brasil, a expressão convenção coletiva surgiu com o Decreto nº. 21.761 de 1932, tendo por base a lei francesa de 1919 e possuía efeito normativo para toda a categoria profissional e econômica. Seu reconhecimento ocorreu, constitucionalmente, em 1934. A partir de então, todas as demais constituições brasileiras trataram do assunto.

4.1.3 Reforma Trabalhista

Instrumentalizada pela lei nº 13.467 de 2017, a Reforma Trabalhista que ocorreu neste mesmo ano no Brasil, ressignificou a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) com mudanças significativas. O objetivo da reforma foi o de combater o desemprego e a **crise econômica no país**. Desde a sua proposição em 2016, as discussões acrescentaram diversas emendas ao projeto inicial. Entre as alterações que geraram centenas de novos artigos, está o fim da obrigatoriedade da **contribuição sindical**.

A partir da Reforma, a Contribuição Sindical passa a ser opcional, perdendo a obrigatoriedade por meio de desconto anual equivalente a um dia de salário do trabalhador.

As empresas, em geral, também precisam se adaptar às novas normas. A empresa Lins Ferrão Artigos do Vestuário Ltda, dentro da sua realidade e ciente das mudanças, estabeleceu critérios para a sua reorganização no que tange à Contribuição Sindical. Por meio de nota a todos os seus colaboradores, deu-lhes ciência de que os descontos iriam ser efetivados àqueles que, através de documento específico, autorizassem, expressamente, o desconto da contribuição na sua folha de pagamento, garantindo, assim, os dispositivos da Lei regulamentadora n.13.467.

5 METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como um estudo de caso através do qual se busca analisar os descontos efetuados em folha de pagamento de funcionários, na Empresa Lins Ferrão Artigos do Vestuário Ltda, para uma tomada de decisão no sentido de padronizá-los a partir da criação de ferramentas que automatizem os lançamentos de acordo com a Convenção de cada município que sedia as unidades da organização. Quanto ao objetivo esta pesquisa é exploratória, de cunho bibliográfico e destina-se a embasar o conhecimento sobre o problema deste estudo. Através de uma abordagem quantitativa, busca-se a análise dos novos dispositivos da Lei de Consolidação Trabalhista, que remodela o Sistema de Contribuição Sindical na empresa em questão.

6 CONCLUSÃO

Este trabalho de conclusão de curso (TCC) surgiu através do trabalho que desenvolvo na empresa Lins Ferrão Artigos do Vestuário Ltda.. Por ter o cargo de analista pessoal e, por ter reconhecido conhecimento na área de recursos humanos, desenvolver um trabalho de conclusão nessa área agregaria saberes pertinentes às mudanças em questão.

A rotina de uma empresa envolve questões múltiplas em todos os setores. Na área de RH é preciso que todas as decisões tenham embasamento jurídico. Por essa razão, e diante da preocupação que existe hoje na empresa no sentido de saber, com segurança como lidar com essas contribuições sindicais, buscando atender

ao que determina a legislação que disciplina a matéria, desenvolveu-se este estudo. Assim, efetivamente se tornará possível orientar todos os componentes da organização, desde os funcionários aos gestores com relação aos descontos atribuídos aos funcionários.

O levantamento realizado na empresa Lins Ferrão foi essencial para a coleta dos dados que foram submetidos à análise e posteriormente servirão para a reorganização do sistema. As nomenclaturas referentes às contribuições existentes serão informadas ao sistema, automatizando os descontos conforme convenções coletivas sindicais regionais.

Com o advento da referida legislação referente à nova reforma trabalhista, e a partir dela, haverá desconto da contribuição sindical na folha de pagamento, somente daqueles colaboradores que autorizarem através de documento específico de próprio punho, conforme estabelecido pela nova Lei nº. 13.467/2017.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 12 jun. 2018.

BRASIL, Ministério Público do Trabalho. Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical (CONALIS). Nota Técnica n. 1º, de 27 de abril de 2018. Brasília: 2018.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de Recursos Humanos**: fundamentos básicos. 8. ed. rev. e atual. Barueri, SP: Manole, 2016;

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas**. Ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2008;

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas**: o Novo Papel dos Recursos Humanos nas Organizações. 4. ed. Barueri, SP: Manole, 2014;

DELGADO, Maurício Goldinho; DELGADO, Gabriela Neves. **A Reforma Trabalhista no Brasil**: com os comentários à Lei nº. 13.467/2017. São Paulo: Ltr, 2017;

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do Trabalho**. 31. ed. São Paulo: Atlas, 2015;

NASCIMENTO, Amauri Mascaro; NASCIMENTO, Sônia Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho**. 29 ed. São Paulo: Saraiva, 2014;

ROMERO, Sonia Mara Thater; *et al.* **Gestão de Pessoas**: conceitos e estratégias. Curitiba: Intersaberes, 2013;

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 1995;

I D E O L O G I A

Fulvio Lessa da Rosa

Professor da FUNDASUL

Existe uma multiplicidade de significados atribuídos à expressão ideologia. Em virtude de tal fato nas ciências que a estudam, assim como na linguagem política usual, fica difícil estabelecer-lhe um sentido preciso, com todas as suas implicações. Isso impede que o termo seja utilizado com tranquilidade ou segurança por estudiosos da política, criando uma problemática que exige compreensão.

Sobre essa questão conceitual debruçam-se muitos autores. Norberto Bobbio classificou, dentre as tendências gerais, dois tipos de significados de ideologia, aos quais chamou *forte* e *fraco*. Para Bobbio, Predominantemente, a fraqueza do conceito está no fato de este ser entendido como um conjunto de ideias e valores respeitantes à ordem pública tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos. Nos estudos políticos contemporâneos, pode ser enfocado, sob uma acepção geral, como aquela obtida através da investigação empírica em todos os níveis políticos, tanto nos altos como na massa dos cidadãos – é uma acepção particular com um caráter de crença; de estilo político, onde verificam-se pontos de dogmatismo; de doutrinário

Para exemplificar o que seja a acepção geral do conceito *fraco* de ideologia, sirvo-me do atribuído por Carl Friedrich, para quem as ideologias são “sistemas de idéias conexas com a ação”, que compreendem tipicamente um programa e uma estratégia para sua atuação e destinam-se a mudar ou defender a ordem política existente.

As ideologias podem ser vistas sob aspectos mais amplos ou restritos. Esse é o caso das distinções feitas por David Easton em partidárias - destinados aos fins partidários de organizar um consenso em função de linhas políticas; as legitimantes - destinadas a sustentar o regime e as comunitárias - para transformar a comunidade política. Tudo em função do Governo, regime e comunidade, respectivamente. Trata-se de aspectos de ideologias mais amplas como conservadorismo, liberalismo e socialismo.

Nessa idéia do conceito *fraco* deve-se ressaltar que as ideologias surgem, via de regra, em períodos de crise quando a “*Welstanshaunk*” dominante não consegue satisfazer as necessidades surgentes e pedem aos próprios seguidores uma transformação da sociedade ou um afastamento dela.

O significado *forte* de ideologia nasce e fundamenta-se no conceito de ideologia de Marx que a entende como falsa consciência das relações de domínio entre as classes.

Percebe-se, então, a diferença essencial existente entre esse conceito e o anterior. Há uma conotação negativa e mistificante de uma crença política, por trazer em seu centro a noção de falsidade. Contudo, alguns autores a modifica, corrigem-na e a alteram de diversas maneiras por alguns autores. Essa reformulação do significado *forte* de ideologia tem por fim torná-lo um instrumento legítimo e promissor para a ciência política e trazê-lo para termos empiricamente aceitáveis. Deve-se entendê-lo , estabelecendo um nexo entre a falsidade de consciência (conceito de Marx) e a função social de ideologia.

Inicialmente a falsidade da ideologia é entendida como uma falsa representação: Falsa porque não corresponde aos fatos. Com base na distinção do fenômeno objetivo, como sendo aquilo que ocorre na natureza e subjetivo, que é a forma como é percebido, que pode ser diferente do real, visto que a tudo que se percebe acrescenta-se algo de pessoal. Assim também ocorre

com a ideologia entendida como falsa representação. Descreve-se a realidade social em função do que se sente, da experiência, portanto, um caráter subjetivo.

As imagens que são feitas da realidade são reflexos e não correspondem à realidade. Errar-se-ia dizer que a falsidade de Marx é falsa representação e este conceito de fato caiu por terra facilmente. Desse modo, continua-se a busca de um significado para o caráter de falsidade.

Já na interpretação neo-positivista da ideologia o caráter de falsidade está em um juízo de valor. É uma falsa apresentação, ou seja, na consciência da pessoa, a avaliação se apresenta sob falsa veste de uma asserção da realidade.

Assim a proposição ideológica não é um juízo de fato, embora tenha dele o status simbólico, mas um juízo de valor. Se não representa a realidade, não é verdadeira nem falsa. Essas ideias serviram para provar que é possível uma reformulação em termos empiricamente aceitáveis ao conceito marxista, mas ainda não satisfazem.

Sabe-se que o juízo de valor pode constituir uma falsa consciência, mas no sentido de falsa motivação. Tem-se uma noção genérica, encontrada em todos os escritores importantes que deram origem ao significado *forte* de ideologia.

Uma ideologia se manifesta em função de um juízo de valor que marcará os reais motivos que lhe deram origem e motivam os comportamentos de comando e obediência. O homem quase sempre não tem consciência dos motivos que o levaram a agir e dá causa imaginária às suas ações.

Essa noção encontra força no pensamento de Engels que via uma falsa consciência impulsionando o processo de elaboração mental do pensador ideológico. O homem, quando racionaliza algo psicologicamente, elabora motivos fictícios para suas ações, encobrendo aquilo que realmente o impulsiona,

Deve-se dizer ainda quanto a esse aspecto da noção de falsidade como falsa motivação que o que é falso não é o juízo de valor como tal, mas a sua função de motivação. É aquilo a que ele nos leva a crer.

Verifica-se que o conceito de falsidade está de acordo com o conceito marxista da falsa consciência que mascara os interesses da classe dominante com o véu dos valores morais e políticos, pois os juízos de valor e a própria moral, segundo Nietzsche, um clássico da crítica ideológica, são linguagem figurada de impulsos e por detrás de motivos conscientes “existe” a luta dos impulsos e das condições – a luta pelo Poder.

Assim, ficam resolvidos os problemas quanto ao conceito de ideologia e recuperada a noção de falsa consciência trazida para um plano onde se possa entendê-la e usá-la na ciência. Assim também é restaurado o nexos entre falsidade e a função de ideologia, bem como o conceito *forte*, evitando, desse modo, que a ideologia sucumba na análise política como vinha acontecia com o significado *fraco*. A ideologia, portanto, vista como falsa motivação não é encarada apenas como alvo relacionado a uma classe social privilegiada, como um conceito que é usado pela ciência para investigar as motivações reais do poder e as condições que a determinam.

FONTE BIBLIOGRÁFICA:

BOBBIO, Norberto; Afonso Arinos de Melo Franco, Philippe G. Schmitter, Tércio Sampaio Júnior, Karl Deutsch, Platão, Mario Stoppino e Ortega y Gasset. **Política e ciência Política** - Curso de Introdução à Ciência Política, Unidade I. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

CRESPIGNY. Anthony de, Jeremy Cronin. **Ideologias Políticas**. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

A DIFÍCIL E MILENAR ARTE DE SE CONVIVER COM AS DIFERÊNCIAS: UMA LEITURA SEMIÓTICA DO CONTO “OS DRAGÕES”, DE MURILO RUBIÃO.

Prof^a.Dra.Suzete Maria Santin

Esta seção direciona um olhar especial para a leitura literária, utilizando-se para isso de estratégias teorizadas por pensadores do texto.

Neste número realizamos o exercício de leitura do texto “os Dragões”, de Murilo Rubião, autor ligado à vertente contemporânea brasileira do Realismo Mágico, das décadas culturais de 70 a 80 da literatura brasileira.

Esta leitura será realizada à luz da semiótica de Charles Sanders Peirce, ciência que estuda os signos e todas as linguagens e acontecimentos culturais como se fossem fenômenos produtores de significado.

O conto em questão é construído a partir de imagens de personagens e de cenários. A imagem é um signo e, por isso, representa algo e precisa ser lida e decodificada, uma vez que ajuda a construir sentidos para aquilo que se observa. Então, vamos à leitura dos signos.

Quando falamos em diferenças, sabemos que elas se apresentam e representam de múltiplas maneiras, dependendo de cada sociedade e época em que assim se constituem. Dadas pelo pensamento, pelas ações ou pela própria etnia ou cultura, o homem as estabeleceu segundo

Valores e dogmas religiosos, culturais e até mesmo políticos, institucionalizando perfis humanos aceitáveis e não-aceitáveis. Em outras palavras. Estabelecendo o preconceito e a segregação, em muitos casos, letal.

A narrativa de Rubião nos leva a pensar sobre como o diferente é recebido e tratado em uma sociedade conservadora, cujas regras são ditadas pelas instituições de poder inquestionável. Nesse contexto, ser diferente em qualquer que seja a situação, física, cultural, étnica, social ou de gênero representa sofrimento e morte pela rigidez do tratamento dado às pessoas.

Dragões são criaturas milenares e mitológicas, cuja existência busca comprovação na ciência arqueológica. Confundido com algumas espécies de dinossauros, sua diferença estaria na habilidade de cuspir fogo em rajadas quilométricas. Então, como explicar que os personagens do texto de Murilo sejam dragões que chegam a uma cidade qualquer e são submetidos a todos os tipos de experimentos?

No dicionário de Símbolos, o Dragão representa a fusão da serpente e do pássaro. Do grego (Drakon), é considerado um dos monstros mais poderosos que remonta à antiguidade. Uma representação complexa e universal, visto que aparece em mitos e lendas de todo o mundo. Figura enigmática, o dragão está também associado às profundezas do mar, ao topos das montanhas e às nuvens, simbolizando, dessa forma, o desconhecido e oculto.

Na verdade, como ser místico, esteve associado a divindades, às águas fertilizantes das serpentes e ao divino “sopro da vida” do pássaro. Somente mais tarde adquiriu aspectos malignos, tornando-se, portanto, um símbolo ambivalente de criatividade e destruição. Os monstros, certamente, fazem parte de um mundo desconhecido, assim como as divindades das mitologias grega e romana.

Associemos, pois, as divindades à criatividade, à busca pelo desconhecido que gera explicações que hoje chamamos mitos. As explicações para seres, existências e fenômenos geraram histórias cuja criatividade é convincente. Contudo, mesmo a ciência tendo desmistificado e racionalmente criado conceitos com bases fundamentais, muitos desses mitos tornaram-se simbólicos para a cultura ocidental, oriental ou asiática. Nesta o dragão é, sem sombra de dúvida, o símbolo da força, da sabedoria, do poder, da proteção e da riqueza, naquela, é visto como uma criatura maligna. O dragão tem existido, onde quer que haja cultura chinesa, e os chineses eventualmente começaram a chamar a si próprios de descendentes do dragão.

Pensemos que a Idade Média é o ambiente dos dragões para os cristãos, diferente de outras crenças. Tanto que há na mitologia um único homem confrontando e matando um dragão, e este era cristão: Jorge. Hoje conhecido como São Jorge, porque, segundo a lenda, teria livrado o povo do hálito venenoso de um dragão. Uma vez associado às profundezas e aos movimentos da terra, o dragão poderia ser um vulcão e suas cinzas destruíam e engoliam tudo o que vinha pela frente, como uma grande draga. Como soldado que erar, Jorge bem poderia ter retirado o povo sem ação daquele lugar.

Assim, como mito, cada crença aceita e cultua suas explicações para ele. Isso pode explicar por que os primeiros dragões que “apareceram” foram tratados da forma como foram tratados. O ambiente onde chegaram era ortodoxo, fechado, conservador, e os dragões representam o contrário porque “muito sofreram com os costumes do lugar”, foram trancafiados em “casa previamente exorcismada”. Esse detalhe requer um pouco mais de atenção, uma vez que quem cumpria esse rito era a igreja tradicional e dogmatizadora. Seus preceitos eram radicais e inflexíveis e tudo o que não se encaixasse nesse perfil criado para a manutenção da ordem e do poder, sofreria algum tipo de inquisição.

Nesse sentido, podemos encarar os dragões como sendo a diferença que desacomoda, que incomoda e, em meio ao círculo fechado, tenta sobreviver, articulando argumentos que se firmam sutilmente e conquistam alguns corações. É o caso da cultura oriental que, após a segunda Guerra mundial começa a se espalhar pelo mundo, com a migração dos próprios orientais. Considerados esquisitos pela aparência e pela inteligência que inclui outras crenças e costumes foram se acomodando em regiões e bairros específicos para a certeza de sua sobrevivência, formando sua própria comunidade. Isso também aconteceu com os Italianos e outras etnias que chegaram no final do século XIX e início do século XX para a colonização do Brasil. Chamados de anarquistas, aqueles que detinham conhecimentos sobre sociedade e exploração foram perseguidos e presos pela ameaça que representavam ao círculo de intenções coloniais existente no país.

Percebemos que a força de algumas instituições sobre os dragões é maior que outras. Sua voz é dominante, já que é o vigário quem dá as ordens sobre o que fazer com os bichanos, mandando trancafiá-los em uma casa velha e exorcismada. Logo após atribuí- lhes batismo e escola.

Certamente, a casa velha reforça a ideia do conservadorismo e a intolerância revela-se pela exorcismação. Isso lembra os livros envenenados na IM, nas igrejas medievais para que o conhecimento não se propagasse. Toda a forma de criatividade ou conhecimento era tolhido ou inquirido até a morte.

A ideia compartilhada pela epígrafe que introduz o texto: “Fui irmão de dragões e companheiro de avestruzes.” (Jó 30.29), também é reveladora, uma vez que está ali apontando uma pista de leitura. Este capítulo refere-se ao “Monólogo de Jó”. O conteúdo de suas palavras revelam tempos em que sua palavra e sua glória sempre se renovavam, em que todos o escutavam e acatavam suas palavras sem questionamento. Representa o velho testamento. De repente, Jó sofre uma maldição do demônio que entende sua fortuna como obra do pecado. Deus deixa que o diabo lhe tire tudo, inclusive os filhos. O homem passa a ser acusado de pecado e zombado por todos. Sua retidão e fidelidade a Deus é questionada. Mesmo que sua esposa ache que devam amaldiçoar a Deus, Jó continua fiel.

Todos, como chacais querem “comer seu fígado”, tentar sua tolerância, crucificá-lo. Seus irmãos duvidam de sua inocência, e eximem-se de sua defesa como avestruzes de pescoço longo cogitam sobre sua culpa, procurando uma resposta do alto.

Mas e o que isso tem a ver com o conservadorismo e a intolerância ou com o texto? Neste caso, Jó sofreu a intolerância do demônio (associado às pessoas que não conseguem conceber pureza de coração nas pessoas pela sua retidão de caráter e fidelidade a Deus mesmo diante da desgraça. Para uma sociedade e para os descrentes sempre há um pecado por debaixo das ações das pessoas prósperas e respeitadas como Jó. A palavra de Deus não é colocada em dúvida em nenhum momento. É a certeza, é a lei, a vida, o tudo. Os Dragões sofrem acusações e julgamentos injustos como Jó. Quem os julga são as instituições como a própria Igreja, a Escola, a família, a Lei, enfim, a sociedade composta por homens normais que não estão acima de qualquer julgamento.

O narrador, neste caso, exerce fundamental papel. Embora seu discurso em 1ª pessoa não esteja se dirigindo a Deus, mas explorando os acontecimentos em busca de explicações, pois recebe a incumbência de educar os dragões, questiona alguns valores e atitudes e reflete sobre o comportamento dos dragões. O Narrador é professor e também nunca havia educado dragões. Mas de volta à epígrafe, ela nos revela que o professor narrador, foi “irmão de dragões”, ou seja,

foi um deles e, nesse sentido, reconhece o comportamento dirigido a eles. O professor, assim como João e Odorico, os únicos que sobreviveram, acomodaram-se aos conceitos, corrompendo-se para a sua própria sobrevivência. Quando o professor, mesmo contrariando o padre, revela-se contrário ao batismo, dá o primeiro passo em defesa das aculturações já havidas no nosso país como a dos índios e negros, livrando os migrantes do jugo da sociedade.

Por isso o texto refere-se a primeiros dragões, como criaturas que apareceram na cidade, fenômenos desconhecidos até então. Contudo, foram eles que receberam precários ensinamentos comprometendo irremediavelmente a sua formação moral pelas absurdas discussões surgidas com a chegada deles ao lugar. Trata-se de uma observação importante ao que se refere à pureza do ser humano antes de ele iniciar a sua convivência social. As origens ou especialidades atribuídas a eles, despersonificaram-nos a ponto de serem confundidos com animais de tração ou mais tarde como atração.

Lembramos das questões escravagistas e das questões indígenas vividas no nosso país, em que índios e negros eram concebidos pelo homem branco como animais e desprovidos de alma. A distância e o desconhecimento gera preconceito e a docilidade e a pureza do ser humano o escraviza. Assim também foi com os primeiros estrangeiros que pisaram ainda em terras coloniais. Vindos de um mundo velho traziam consigo nas bagagens uma cultura e um conhecimento inexistente no mundo novo e precário ainda de uma visão global. Uma ameaça ao conservadorismo estabelecido e à ordem do lugar.

Ao longo do texto, o pacto que criamos com ele e sua tessitura, nos faz entender os dragões como seres humanos. Pessoas que pelo jeito de ser ou pensar ou pela etnia (raça - já que se trata de animais) são diferentes das concepções existentes que se querem únicas e sábias. No entanto, a incompreensão veio justamente da ignorância sobre eles: "Poucos souberam compreendê-los e a ignorância geral fez com que, antes de iniciada a sua educação, nos perdêssemos em contraditórias suposições sobre o país e a raça a que poderiam pertencer."

A todo momento percebemos o reforço à ideia do atraso da sociedade que pensa ainda medievalmente, reforçando também a ideia do mito contida nos dragões. Nesse caso é necessário entender o que é um mito. Um mito é uma narrativa de caráter simbólico-imagético, ou seja, o mito é uma realidade independente, mas evolui com as condições históricas e étnicas relacionadas a uma dada cultura, que procura explicar e demonstrar, por meio da ação e do modo de ser das personagens, a origem das coisas.

A intenção da sociedade era educá-los. Mas era necessário saber de sua origem. A Igreja foi a primeira a manifestar-se: “A controvérsia inicial foi desencadeada pelo vigário.” E seu poder julgou-os coisas do demônio, apesar da aparência. Aliás, uma prática muito comum quando se quer ter o domínio a partir de imposições e certezas e verdades únicas. A princípio o padre proibiu educá-los. O professor, “velho gramático negava-lhes a qualidade de dragões” dizia serem “coisa asiática, de importação europeia” – o que nos remete novamente a ideia de que podem tratar-se sim de migrantes vindos do velho mundo. Contudo, outros conceitos apareciam sem fundamentações algumas: “Um leitor de jornais, com vagas ideias científicas e um curso ginásial feito pelo meio, falava em monstros antediluvianos. O povo benzia-se, mencionando mulas sem cabeça, lobisomens.” São as superstições diante do desconhecido, da falta de conhecimento.

A pureza é reconhecida apenas pela pureza. As crianças, que brincavam furtivamente com os hóspedes, eram as únicas que sabiam que eram simples dragões. Entretanto, elas não foram ouvidas. E como já dissemos anteriormente, o professor, como Jó, foi o único que teve paciência para esperar e buscar as respostas, pois “O cansaço e o tempo venceram a teimosia de muitos. Mesmo mantendo suas convicções, evitavam abordar o assunto.” Quando não se sabe explicar ou fundamentar, foge-se do assunto ou esquece-se, ou pelo menos, tenta-se. O preconceito afasta a razão, gera polêmica e o erro. Acabam-se criando conceitos errôneos que se alastram e cometem injustiças. Como no caso de Jó que perdeu tudo injustamente em função do preconceito do diabo.

A sociedade, contudo, quando reconhece que está errada, abafa, joga para debaixo do tapete e cria estratégias para se redimir. Novamente a Igreja dá o passo fundamental, “desejando encerrar a discussão, que se avolumava sem alcançar objetivos práticos”. O padre firmou uma tese: os dragões receberiam nomes na pia batismal e seriam alfabetizados.

Foi o professor que trouxe à razão o fato de serem apenas dragões, que não precisavam de nomes, nem de batismo. O professor age com paciência diante das especulações por respeito ao pároco e evitando contribuir para exacerbar os ânimos. Perdeu a calma diante da “insensatez reinante”, expandindo seu desagrado: “são dragões”. Fora a primeira vez que o professor tomara uma atitude discrepante das decisões “aceitas pela coletividade”. Há um unísono entre as instituições para que a calma e a ordem se estabeleçam. Assim, resolveram dar apenas nomes, sem necessidade de batizá-los.

Nesse novo sistema, subtraídos ao abandono, muitos dos dragões que foram entregues ao professor para serem educados não sobreviveram, contraindo moléstias desconhecidas, apenas dois sobreviveram: “infelizmente os mais corrompidos.” A sobrevivência dependeu exclusivamente da forma como Eurico e João se adaptaram ao meio, uma vez que eram “Mais bem-dotados em astúcia que os irmãos”.

Astuto é aquele que tem jogo de cintura para burlar as regras e normas e ainda sair vitorioso. Ambos percebem o que é necessário fazer para agradar aquela sociedade: igualar-se a ela ou servir-lhe de diversão: “fugiam, à noite, do casarão e iam se embriagar no botequim. O dono do bar se divertia vendo-os bêbados, nada cobrava pela bebida que lhes oferecia”. A rotina é algo insuportável ao homem e, por essa razão, os dragões não vão agradar por muito tempo. “A cena, com o decorrer dos meses, perdeu a graça e o botequineiro passou a negar-lhes o álcool.” Diante dessa nova ordem, viram-se obrigados a mudarem de tática: “para satisfazerem o vício, viram-se forçados a recorrer a pequenos furtos.” Vão se adaptando ao meio conforme suas necessidades.

A empatia veio por parte do professor (o narrador). Ninguém acreditava na possibilidade de educá-los. O professor foi o único; “eu acreditava na possibilidade de reeducá-los e superar a descrença de todos quanto ao sucesso da minha missão”. Utilizava-se de sua influência junto ao delegado para livrar os dragões de roubos, embriaguez e desordem. Nunca conseguiu respostas sobre as origens dos dragões. “O material colhido nos interrogatórios sucessivos a que os submetia eram muito reduzidos, por terem vindo jovens para o lugar”. Essa passagem remete ao fato de que as culturas e origens vão, de fato, se perdendo, quando a adaptação ocorre por inteiro, pelo medo, pela necessidade. Perde-se a identidade, esconde-se a identidade.

Há outra passagem no conto que lembra a morte da mãe: “lembravam-se confusamente de tudo, inclusive da morte da mãe, que caíra num precipício, logo após a escalada da primeira montanha”. No Brasil, logo após a primeira missa, realizada no Monte Pascal, a cultura indígena foi perdendo suas raízes pelo processo de catequização por que passaram. Foram obrigados a isso. Não houve alternativa ou escolha. O homem branco dominou-os como se fossem uma espécie desconhecida que precisava ser “adestrada”.

O professor parece, na sua tentativa de educá-los, deixá-los livres. É empático e respeita as origens e instintos dos animais, bem como a pureza que fluía de seus olhos. Odorico, revelou-se ‘por uma vagabundagem inata’, fugia às aulas era simpático e gostava de mulheres, fazendo-lhes graças. Apaixonado por uma delas, nada pode fazer o professor para preveni-lo do perigo a

que estava se sujeitando, já que ela era casada. A irreverência de Odorico, lembra o “jeitinho brasileiro”. Bebia, gostava de mulheres, metia-se em noitadas. A malandragem inconsequente fez dele um defunto, vítima da passionalidade do marido da moça.

O último dos dragões, João, foi o que mais assimilou os ensinamentos e esforços do professor, deixando de beber, dedicava-se aos estudos, ajudava nos afazeres da casa assumindo compromissos corriqueiros. Além disso, associou-se às crianças da vizinhança integrando-se totalmente a elas: “brincando com os meninos da vizinhança. Carregava-os nas costas, dava cambalhotas.” Parecia feliz aos olhos do professor.

O ato de cuspir fogo, associado à maioria carrega uma simbologia ímpar. Nenhum dos outros cuspiu fogo. Somente João: “Regressando, uma noite, da reunião mensal com os pais dos alunos, encontrei minha mulher preocupada: João acabara de vomitar fogo. Também apreensivo, compreendi que ele atingira a maioria.” Atingir a maioria pode significar a conquista da autonomia, quando João cospe fogo ele revela a consciência que tem de si mesmo, embora não se rebelde contra nenhum dos seus opressores. Mas usa o fogo como estratégia para divertir, para assegurar-se de que para sobreviver é preciso enganar. Torna-se querido e festejado: “O fato, longe de torná-lo temido, fez crescer a simpatia que gozava entre as moças e rapazes do lugar. Só que, agora, demorava-se pouco em casa. Vivia rodeado por grupos alegres, a reclamarem que lançasse fogo”.

João tornou-se atração do lugar: “Nenhuma festa alcançava êxito sem a sua presença. Mesmo o padre não dispensava o seu comparecimento às barraquinhas do padroeiro da cidade.” tornou-se uma espécie de elemento indispensável porque fazia. Era serviçal, era obediente.

Quando da chegada do circo João recebeu propostas de emprego mas recusou-as, e na mesma época da partida do circo deu-se pelo seu sumiço. Várias e imaginosas versões deram ao seu desaparecimento.

Por mais que João tenha tentado se adaptar, chegando ao extremo de transformar sua identidade numa diversão para os demais, como se fosse algo inusitado ou tão diferente que devesse ser exposto como uma anomalia ou defeito para deleite ou admiração da população, o fato de ter sumido significa o seu esgotamento. Ser chamado pelo circo foi a constatação de sua insignificância, de que era comparado a uma atração, a uma diversão apenas. Que a sua vaidade o traia também.

Esse texto não só alude às questões das diferenças e de como pode ser doloroso para algumas etnias, ou para algumas religiões e crenças o processo de adaptação social, de como

a intolerância destrói e transforma as mentes de uma sociedade mal informada e ignorante conduzida pelo senso comum. O conhecimento, a sabedoria, o diferente sempre teve que encontrar um caminho para sobreviver à ignorância, às trevas, à escuridão. Os dragões representam o diferente, o conhecimento, o incompreensível.

REFERÊNCIAS

BORGES, Jorge Luis. **O livro dos seres imaginários**. Trad. Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CHEVALIER, Jean; CHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos**: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1997.

CIRLOT, Juan-Eduardo. **Dicionário de símbolos**. São Paulo: Moraes, 1984.

COHEN, Jeffrey Jerome. **A cultura dos monstros**: sete teses. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *A pedagogia dos monstros: os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 23-60.

PEIRCE, C.S. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

SOUZA, L.S. **Introdução às Teorias Semióticas**. Petrópolis: Vozes, 2006.